

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social
Graduação em Serviço Social

Hyago Brayhan

Desigualdade Social no Século XXI segundo Piketty: análise crítica

Trabalho de Conclusão de Curso

Brasília
16 de Dezembro de 2015

Hyago Brayhan

Desigualdade Social no Século XXI segundo Piketty: análise crítica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, SER, da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Ivanete Boschetti

Brasília
16 de Dezembro de 2015

Dedico esse trabalho a duas mulheres da classe trabalhadora. Primeiro a minha mãe, Silhinay Pires Grube, que é uma guerreira e uma leoa por natureza. E em segundo a Eliza Santana de Arruda Pires, minha avó, mulher negra, militante e um exemplo de luta e dedicação; que esse trabalho te traga felicidade vovó.

Agradecimentos

Agradeço;

A mestra Ivanete Boschetti pelas importantes inquietações e orientação, sem as quais esse trabalho não seria possível. Agradeço também aos meus eternos professores Newton, Marcela Soares e Daniela Neves (que iniciou esse trabalho comigo). Jamais poderia me esquecer também de Adrianyce que transformou a minha vida e se tornou uma grande amiga e a Morena que me acolheu em momentos turbulentos da minha vida.

A meu pai pelo apoio dado ao longo da vida, Jovino, no qual sempre acreditou no meu potencial, e as minhas tias Kleyner e Magda por me ensinarem o prazer da leitura.

Ao grupo de pesquisa NUTSS pelas importantes lições acadêmicas.

As minhas grandes amigas Scarlet Rocha, Kelly Martins, Mácia Teixeira, Wladsla, Natália, Mayra Macedo, Ana Maria, Lívia, Danyella Andrade, Misha Rosa, Lucci e Luiza Oliveira; mulheres que ousam lutar.

Aos amigos Guilherme Rabelo, Bacelar, Emmanuel, Lucas Britto, Linniker Corado e Franklin que foi um ombro amigo e que me cedeu abrigo em uma das noites mais decisivas da minha vida.

Aos companheiros do PSTU Brasília que me ensinaram o valor da luta, em especial a Clarissa e a Mayara.

E por fim, mas não menos importante, aos amigos Rodrigo e Ero que acompanharam a construção desse projeto. Ao meu amor, Fernando Montadon, parceiro na vida; e a Marissa, Nathany, e Jacqueline Ribeiro, pessoas que me deixaram marcas para toda a vida.

Tudo em vorta é só beleza
Sol de Abril e a mata em frô
Mas Assum Preto, cego dos óio
Num vendo a luz, ai, canta de dor
(bis) Tarvez por ignorança
Ou mardade das pió
Furaro os óio do Assum Preto
Pra ele assim, ai, cantá de mió
(bis) Assum Preto veve sorto
Mas num pode avuá
Mil vez a sina de uma gaiola
Desde que o céu, ai, pudesse oiá
(bis) Assum Preto, o meu cantar
É tão triste como o teu Também
roubaro o meu amor Que era a
luz, ai, dos óios meus Também
roubaro o meu amor Que era a
luz, ai, dos óios meus;

Assum Preto, Luiz Gonzaga; 1950.

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso se propõe a debater a teoria sobre desigualdade social recém lançada pelo autor francês Thomas Piketty no livro “O Capital no século XXI”. Tal obra tem gerado intensos debates devido ao método inédito de análise de renda mediante ao acesso as declarações de renda disponibilizados por diversos Estados. Além disso, Piketty tem gerado polêmicas por sua proposta de regular o capital. O autor foca essa regulação a partir de uma questão essencial, a tributação. Por meio de revisão bibliográfica analisamos conceitos chaves na obra do autor e debatemos as reflexões deste frente as elaborações marxistas. Essa pesquisa gerou a caracterização de que as propostas do autor são de cunho neo-social democrático e que não são capazes de efetuarem a emancipação humana.

Lista de ilustrações

<u>Figura 1 – O Capital no século XXI, Piketty, página 243.</u>	30
<u>Figura 2 – O Capital no século XXI, Piketty, página 244.</u>	32
<u>Figura 3 – O Capital no século XXI, Piketty, página 267; 2014.</u>	38
<u>Figura 4 – O Capital no século XXI, Piketty, página 284; 2014.</u>	41
<u>Figura 5 – O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 398, 2014.</u>	47
<u>Figura 6 – O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 451; 2014</u>	49
<u>Figura 7 – Taxas de lucro nos Estados Unidos, considerando (-) e desconside- rando (-) o impacto dos vínculos financeiros (Herman, 2007)</u>	51
<u>Figura 8 – O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 499, 2014)</u>	55
<u>Figura 9 – O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 502; 2014</u>	55
<u>Figura 10 – O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 454; 2014)</u>	57

Sumário

	Introdução	6
1	O que é o capital?	14
1.1	O trabalho como elemento de formação do homem	14
1.2	O produto do trabalho e a geração de riqueza no capitalismo	17
1.3	O capital segundo Piketty	22
1.4	A lei geral da acumulação capitalista	23
1.5	O capital financeiro	24
2	A desigualdade social segundo Piketty	27
2.1	A desigualdade da renda do capital e do trabalho	28
2.2	A evolução histórica da desigualdade social em diferentes países	36
2.2.1	A realidade francesa	36
2.2.2	A realidade estadunidense	41
2.3	Causas da desigualdade de renda do trabalho	44
2.4	Desigualdade de capital	48
2.5	Salário & Lucro x Taxa de crescimento da economia & Taxa de crescimento do Capital	50
3	A utopia de regular o capital	52
3.1	Análise de Conjuntura sobre o capital monopolista	52
3.2	O programa de Piketty para o enfrentamento da desigualdade no século XXI	58
3.3	As bases do programa neosocial democrático de Piketty	60
3.3.1	O Estado social	60
4.3.2	O idealismo Weberiano	64
4.3.3	A justiça social de Rawls	64
4.3.4	Os princípios marshallianos	66
4.3.5	A crítica de Marx aos fundamentos sociais democráticos	67
4.3.6	Emancipação política e emancipação humana	68
5	Conclusão	71
6	Bibliografia	73

Introdução

A) Introdução ao Capital no Século XXI (Conceitos Chaves)

O estudioso francês inicia sua obra fazendo uma análise dos grandes pensadores econômicos e sociais símbolos da modernidade. Piketty nos introduz ao pensamento de Malthus, Young, David Ricardo, Marx e Kuznets. Além disso, o autor apresenta conceitos que são pilares para o entendimento de sua obra, como a metodologia científica utilizada, a curva de Kuznets e a questão distributiva. Logo na introdução temos também uma prévia dos resultados obtidos no estudo do pesquisador.

Objetivos da pesquisa de Piketty

- 2.2 Entender a dinâmica da evolução da distribuição da riqueza a longo prazo
- 2.3 Saber se acumulação do capital leva em sua gênese a concentração galopante da riqueza e do poder, como definido pelo pensamento Marxiano.
- 2.4 Descobrir se as forças equilibradoras do crescimento, a concorrência e o progresso tecnológico, conduzem naturalmente a redução da desigualdade e a organização harmônica das classes nos períodos de avanço do desenvolvimento de acordo com Kuznets.
- 2.5 Revisão dos saberes sobre a distribuição de renda e do patrimônio desde o século XVIII e quais são as previsões, a partir disto, para o século XXI

Malthus e Young

Ao fazer um retrospecto pelo pensamento econômico clássico, Piketty escolhe começar esta jornada pelo pensamento de Thomas Malthus, autor de “*Ensaio sobre o princípio da população.*” No desenvolvimento disso, o doutor ressalta a influência que Malthus teve das ideias de Young, que dissertou sobre a miséria no então país mais populoso da Europa, a França. No bater das portas da conjuntura estava neste período a Revolução Francesa. Este fato histórico abalou a estrutura social monárquica em todo o continente, trazendo à tona as discussões sobre liberdade, democracia e fraternidade. Isto foi de extrema importância para os estudos da época sobre as relações sociais.

As conclusões de Malthus, diante desta conjuntura revolucionária e da miséria que assolava o continente, foram as de que as medidas de assistência aos pobres, recém nascidas na Inglaterra, deveriam ser abortadas e que a taxa de natalidade deveria ser controlada. A equação era simples, o fenômeno da superpopulação levaria necessariamente a miséria e ao caos. E é já nessas análises que o professor define um grupo de pensadores como os “**profetas da desgraça**”, dos quais fazem parte também Marx e Ricardo.

David Ricardo

Para Piketty, Ricardo estava interessado na contradição entre o crescimento da população e da produção. Se estes se prolongam, a terra tem pouca oferta, logo o preço dela deveria subir continuamente, assim como os aluguéis. Por fim, os proprietários teriam uma parte cada vez maior da renda nacional, o que destruiria o equilíbrio social. Logo, a solução para esta problemática seria a adoção de um imposto crescente sobre a renda territorial. A crítica feita a este autor é a mesma

direcionada a Malthus e Young. Na opinião do autor as chamadas “profecias” não se cumpriram, pois foram análises limitadas. Portanto, não levaram em conta as possibilidades do progresso tecnológico. É certo que o valor da remuneração da terra ficou alto, mas abaixou a medida que o peso da agricultura diminuiu na renda nacional. Aqui, Piketty já reconhece o peso do progresso tecnológico e do crescimento industrial para a evolução da distribuição de renda.

A análise vai além, o chamado “princípio da escassez”, apresentado anteriormente, já é uma previsão da longa escalada dos preços que são, sem sombra de dúvidas, elementos desestabilizadores da economia. Piketty demarca que *“o sistema de preços não tem limites e nem moral.”* Dito isto, o autor dá um salto histórico e faz uma analogia do pensamento ricardiano a conjuntura atual de escalada do preço dos imóveis. Para ele, estes distúrbios trazem à tona características do apocalipse ricardiano.

Marx

O início do diálogo com Marx é marcado por uma revisão do contexto social no qual sua obra foi produzida. Para o Doutor francês, o fato mais marcante deste período no século XIX é a miséria do proletariado industrial. Ele cita inclusive obras artísticas que são ilustrações desta realidade, como “O Germinal”, “Oliver Twist” e “Os Miseráveis.” A participação do capital na renda nacional aumentou consideravelmente na França e Reino Unido durante a primeira metade do século XIX. Por outro lado, diminuiu no final da década citada, quando os salários recuperaram parte do atraso em relação ao crescimento econômico. **Portanto, ocorreu em 1870-1914 uma estabilização da desigualdade em um nível extremamente elevado, inclusive em alguns momentos é perceptível uma “espiral de disparidade acompanhada da concentração progressiva de riqueza.”**

Marx segundo o autor se debruçou sobre **“contradições lógicas internas do sistema capitalista.”** Seguiu um caminho oposto aos economistas burgueses, negando as teorias econômicas de auto regulação do sistema, a “mão invisível” e a Lei de Say. O pensador alemão também se distinguiu dos socialistas utópicos ou proudhianos. Segundo Thomas Piketty a principal conclusão de Marx é que ocorreria uma derrocada apocalíptica do capitalismo causada pelo princípio da acumulação infinita.

- **Princípio da acumulação infinita: tendência inexorável do capital de se acumular e de se concentrar nas mãos de uma parcela cada vez mais restrita da população, sem que houvesse um limite natural para esse processo.**

Então apenas seria possível que a taxa de rendimento do capital cairia continuamente (emperrando o motor de acumulação e fomentando conflitos violentos entre donos do capital) ou a participação do capital na renda nacional cresceria indefinidamente (abaixando a condição de vida dos trabalhadores e levando-os a uma revolta). Não seria possível nenhum equilíbrio estável socioeconômico ou

político. Portanto, Marx teria rejeitado as hipóteses de que o progresso tecnológico fosse duradouro e que a produtividade crescesse de modo contínuo.

Piketty rejeita estas ideias a partir da argumentação de que no último terço do século XIX a remuneração do trabalho iniciou um processo de aumento, tendo seu ápice após a primeira guerra mundial. Além disso, o socialista teria se precipitado por ter se conduzido por mais fervor político do que nas mais completas fontes históricas. Por sua vez, ele ressalta a falta de respostas para a questão da estruturação de uma sociedade sem capital privado. Tal questão teria sido concretizada e desenvolvida nos experimentos totalitários dos Estados que realizaram dogmaticamente a ideia de expropriação de Marx.

Todavia, são reconhecidos os limites conjunturais para o desenvolvimento do pensamento de Marx e a **noção fundamental do princípio da acumulação infinita**. Tal ideia essencial seria a de que se as taxas de crescimento da população e da produtividade forem relativamente baixas, o estoque acumulado de riqueza se torna, naturalmente, mais relevante com o passar do tempo. Agrega-se a isto a perspectiva de que a acumulação cessa em algum nível finito. O patamar da riqueza privada nos anos 70/80 se inscrevem com perfeição nesta lógica (realidade exemplificada nos casos da Europa e Japão).

Kuznets

O autor foi o primeiro a elaborar um pensamento sobre crescimento e desigualdade a partir de um trabalho estatístico. Kuznets interpretou dados sobre a economia americana no século XXI. Ele constatou a redução da desigualdade de renda nos EUA de maneira expressiva no período de 1913 a 1948. Segundo o pesquisador, pode-se concluir que este fenômeno não ocorreu de maneira espontânea. A diminuição das altas rendas americanas no espaço temporal citado, ocorreu por conta de processos desencadeados pela Grande Depressão dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial.

A maturidade das ideias de Kuznets resultou na teoria da “curva de Kuznets”: “A desigualdade poderia ser descrita, em toda parte, por uma curva em forma de sino”. Ou seja, ela cresce de início, alcança um pico e depois entra em declínio quando os processos de industrialização e de desenvolvimento econômico começam a avançar. De acordo com Kuznets, há uma primeira fase característica das etapas iniciais da industrialização na qual a desigualdade cresce naturalmente, como ocorreu nos Estados Unidos ao longo do século XIX; em seguida, sobrevém uma fase de forte diminuição da desigualdade, que para os americanos teria começado durante a primeira metade do século XX.

Em “Crescimento Econômico e Desigualdade de Renda”, Kuznets hipervaloriza a lógica interna nacionalista. Ainda que o mesmo tenha determinado elementos exógenos como responsáveis pela diminuição da desigualdade, Kuznets sugeriu que a desigualdade aumenta durante as primeiras fases de industrialização, pois apenas uma minoria está em condições de se beneficiar dos ganhos iniciais do processo e, mais adiante, nas etapas mais avançadas do desenvolvimento, cai de forma automática, ou endógena, quando uma fração cada vez maior da população passa a desfrutar do crescimento econômico.

Tal teoria tinha a finalidade de construir argumentos desenvolvimentistas como armas para manter países subdesenvolvidos sob a hegemonia do mundo

liberal. Este fato é admitido, inclusive, por Kuznets. Além disso, a queda da desigualdade nos EUA em 1914-1945 tem relações mínimas com o processo organizado de mobilidade dos fatores de produção entre setores econômicos descritos por Kuznets.

A Força Fundamental da Divergência: $r > g$

Essa teoria tem um fundamento simples. Quando a taxa de remuneração do capital excede substancialmente a taxa de crescimento da economia, então a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e a produção. Sendo assim, fortunas herdadas quase de maneira inevitável superam a riqueza acumulada durante uma vida de trabalho.

Reforços da força fundamental da divergência:

2.4 Taxa de poupança aumentar com o nível de riqueza

2.5 Aumento da taxa média de retorno do capital maior comparada a dotação inicial de capital do indivíduo

2.6 Princípio da escassez ricardiano: altas cotações do petróleo, preço elevado dos imóveis

A divergência não é perpétua, mas apenas um dos rumos possíveis para a distribuição da riqueza. Entretanto $r > g$, não tem relação com “imperfeições” do mercado. Piketty declara que quanto mais perfeito for o mercado, nos pressupostos dos economistas, maior é a chance de que r supere g .

Espaço e Limitações

Piketty se propõe a investigar suas hipóteses a partir de experiências históricas e dados concretos. Sendo assim, utilizou bastante dos dados provenientes da WTID (World Wealth and Income Database). Mas não só, ele analisou as contas nacionais elaboradas por Angus Maddison. Todavia, as fontes documentais mas bem organizadas e disponibilizadas para ele foram as dos países centrais. Portanto, ele foca sua análise nos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. Ainda que tenha limitações, e que por isso teve que restringir o estudo, ele procedeu por extrapolação para analisar os países pobres e emergentes.

Quadro teórico conceitual

O autor afirma seu interesse em colaborar para o debate sobre organização social, as instituições e as políticas públicas que promoveria uma sociedade mais justa. Ele enaltece o estado de direito democrático. Ele inicia seu discurso se afastando dos discursos anticapitalistas convencionais que na sua visão não reconhecem os limites do socialismo real. É ressaltado que a desigualdade social não é um problema em si, e que ele não tem vontade em denunciar essa problemática e muito menos o capitalismo.

PRIMEIRA LEI FUNDAMENTAL DO CAPITALISMO $\alpha = r \times \beta$

Essa lei possibilita uma associação do estoque de capital e seu fluxo de renda.

- a) A razão capital/renda β está diretamente ligada a participação da renda do capital na renda nacional, que será chamada α , representada na equação:

$$\alpha = r \times \beta$$

- b) r = a taxa de remuneração média do capital, sendo assim se $\beta = 600\%$ e $r = 5\%$, então $\alpha = r \times \beta = 30\%$

c) Isso significa que se a riqueza representa o equivalente a seis anos de renda nacional numa sociedade e se a taxa de remuneração média do capital for de 5% por ano, a participação do capital na renda nacional é de 30%,

d) Três conceitos mais importante para a análise do sistema capitalista são: a relação capital/renda, a participação do capital na renda e a taxa de remuneração do capital

Para Piketty a taxa de remuneração do capital é central para a tese marxista de redução progressiva do lucro. A taxa de remuneração do capital mensura aquilo que ele rende ao longo de um ano em qualquer que seja sua forma jurídica de receita. Ela varia de acordo com o tipo de investimento. Todavia, esses montantes são apenas médias. Algumas pessoas podem obter uma renda do capital superior a 9.000 euros ao ano, ao passo que algumas não recebem nada e ainda têm que pagar juros aos seus credores ou aluguéis aos proprietários dos imóveis ocupados. Nessas condições o método menos imperfeito de medir a participação do capital pode ser aplicar uma taxa de remuneração média plausível a razão capital/renda.

B) Introdução a este trabalho

O capital foi um fenômeno analisado intensamente por pensadores marxistas no século XX. Essa tradição teórica inaugurou nas ciências sociais análises sobre a desigualdade social a partir da lei geral da acumulação capitalista e da teoria da luta de classes. O fenômeno da desigualdade sempre dividiu campos teóricos e continua presente na paisagem social contemporânea.

A obra “O Capital no século XXI” de Thomas Piketty possibilitou avanços metodológicos para a análise do fenômeno da desigualdade a partir de extensas pesquisas baseadas nas declarações de rendas em diversos países. O autor analisou a desigualdade como um fenômeno determinado pelas desigualdades de renda do trabalho, de renda do capital e destes dois fatores combinados. Desta maneira, Piketty tem uma ótica diferente ao se afastar de um conceito fundamental da teoria Marxista: as classes sociais. Para os marxistas a extratificação social é

explicada pela relação de um grupo social no mundo do trabalho e por sinal, com a propriedade privada em si, é aí que estão os fundamentos das classes sociais. Esse conceito para os marxistas é distante do critério de renda.

Piketty é um autor francês membro da EHESS (École des hautes études en sciences sociales e da École d'Économie de Paris). O autor teve sua formação em cenários de prestígio internacional, tais como London School of Economics, Massachusetts Institute of Technology (MIT) e o Centre National de la Recherche Scientifique. O francês recebeu premiações importantes, dentre elas a de melhor economista na França (2002) e o prêmio Yrjö Jahnsson. Sua obra o deu influência política, tornando o pesquisador um economista requisitado pelo Partido Socialista francês e pelos novos fenômenos políticos PODEMOS e Syriza.

A escolha por analisar e debater o tema da desigualdade em Piketty foi processual. Primeiramente, o tema desta monografia seria o serviço social e a drogadição no DF. Entretanto, quando a obra de Piketty foi lançada no Brasil, nos deparamos com um certo alvoroço em torno do autor, que nos inquietou. Eram grandes as comparações entre ele e Marx, comparações estas que esse material aqui refuta contundentemente. Foi marcante e também essencial nesse processo de escolha a análise feita por Zé Paulo Netto na UFRJ sobre a obra de Piketty. A mudança temática foi acertada e definida a partir do momento que entendemos a importância de Piketty no enfrentamento ao pensamento neoliberal, que vem ganhando espaço na UnB e no Brasil.

Os suntuosos dados apresentados pelo francês atravessaram o atlântico provocando amor e o ódio. O Financial Times, por exemplo, foi o primeiro a enfrentá-los. O jornal recebeu uma carta de Piketty bastante coerente, refutando ponto a ponto as críticas do periódico. O instituto MISES também saiu em defesa do mercado livre das amarras do Estado e prontamente atacou Piketty. Todavia, o famoso instituto no Brasil não obteve resposta do autor.

Assim posto, a escolha por este tema se deu, pois Piketty é um autor relevante no enfrentamento ao pensamento neoclássico contemporâneo. Traz uma pesquisa forte e reveladora, ainda que possua limites. O Serviço Social nos marcos atuais de seu desenvolvimento acadêmico deve se aproximar com esta obra, para adquirir mais características para desvendar a realidade atual.

Esse trabalho, por sua vez, para ser efetivado seguiu uma metodologia simples, porém eficaz. Nosso objetivo era focar no debate sobre desigualdade do autor francês. Para isso, foi lido o livro "O Capital no Século XXI". Ao longo da leitura, fomos extraíndo aquilo que percebemos ser essencial para expressarmos um debate fidedigno as ideias do autor no campo da desigualdade. Foram feitas resenhas,

mapeando os pilares do pensamento de Piketty. No decorrer disso, definimos os temas do que seriam os futuros capítulos dessa monografia (capital, desigualdade social e o programa de Piketty para o enfrentamento da desigualdade).

Esses temas, na nossa visão fazem parte da estrutura argumentativa do autor e seguindo essa ordem possibilitariam uma melhor compreensão dos leitores. Então, primeiro definimos o capital, em seguida debatemos suas relações com a estrutura da desigualdade, e por fim, discutimos as propostas que o professor traz para o enfrentamento da desigualdade frente as características que ele apresentou anteriormente.

Ao longo disso, fomos levantando as produções marxistas que poderiam dialogar com as questões apresentadas por Piketty. Tentamos esgotar ao máximo o debate, mas esta obra tem os limites de um trabalho de conclusão de curso que se propõe a se aproximar com diversos autores que têm trabalhos que infelizmente ainda estão distantes da graduação em Serviço Social.

Se situando no campo que se propõe a regular o capital, Piketty reatualizou o programa social democrático para o enfrentamento da desigualdade social na contemporaneidade, no qual denominamos de neo-social democrático. A desigualdade atual segue se desenvolvendo de maneira intensa e alarmante, tendo intrínsecas relações com o estágio do capital na atualidade.

Usamos o termo neo-social democrático, pois o programa apresentado pelo autor aqui debatido incorpora novos elementos a social democracia. Piketty propõe tarefas políticas para o capital pós globalização (na sua visão) e debate com o pensamento social refletindo a derrocada do socialismo real. Exemplo disso é a percepção do autor de uma economia mundial interligada com a regulada circulação de mercadorias e ativos financeiros por meio de um complexo sistema de tributação mundial. Ele não está no campo dos sociais democratas nacionais desenvolvimentistas (e por certo protecionistas do século XX). Se difere também ao não propor regulamentações no âmbito do trabalho em si, mas em ajustes no que diz respeito a circulação do capital, ou melhor na distribuição da renda.

A partir da tradição marxista, analisamos as caracterizações e as políticas apresentadas por Piketty. Indicamos as bases da argumentação do autor francês fundadas no Estado social, idealismo weberiano, na justiça social de Rawls, nos princípios marshallianos e na crítica a Kuznets, bem como, ao debate central da tributação como mecanismo regulatório do capital. Por fim, nos posicionamos indicando os limites da teoria neo-social democrática de Piketty, que não consegue dar conta de uma tarefa política essencial, a emancipação humana.

1. O que é o Capital?

Neste capítulo discutiremos o que é o capital, como ele se forma, como se dá seu processo acumulativo, como é distribuído e qual é sua dinâmica na atualidade. Para isso analisaremos as abordagens feitas por Marx, Dowbor, David Harvey, Mészáros, Fontes, Yamamoto e Piketty. O capital é um termo presente nas discussões cotidianas e muitas vezes é entendido como a vaga noção de que o mesmo é dinheiro ou propriedade. Entretanto, parte dos autores citados vão além desta percepção e explicam tal categoria a partir do processo produtivo, ou seja, da realidade e não de abstrações teóricas que têm o intuito de mistificar ou justificar os processos de produção e acumulação de capital.

A riqueza é a palavra mais próxima que define o capital para muitos pensadores. Piketty, inclusive, **usa como sinônimos perfeitos as palavras capital, riqueza e patrimônio**. Todavia, riqueza por si só tem um significado muito amplo e não expressa as particularidades do que realmente é o capital e de suas formas de produção e reprodução. A riqueza, por sua vez, pode ser entendida para expressar o significado de capital como capacidade produtiva. Isto ocorre, pois o dinheiro é um mero objeto de equiparação de valor e de transferência. Segundo Dowbor:

É necessário ter presente que riqueza, do ponto de vista social, não é constituída por papel-moeda, nem cheques, nem ações, nem títulos: estes são meros instrumentos de transferência de bens e serviços de uma mão para outra. Levam a riqueza a mudar de mãos, mas não criam riqueza nenhuma. (DOWBOR, 2003, p. 03)

Marx na sua obra “O Capital” faz um longo caminho para explicar o capital. Existem várias interpretações sobre como que o autor faz isso. Segundo David Harvey (2013), Marx não parte do trabalho para definir o capital, mas do valor, mais especificadamente da mercadoria, pois ela é a unidade primária da riqueza nas sociedades. Já para Yamamoto (2013), o ponto de partida de Marx é o trabalho e a estrutura da sociedade mercantil e não o valor, pois é o trabalho que cria a mercadoria e o trabalho excedente gera o mais valor. De fato, o valor e a mercadoria não surgem sem a ação humana, que no caso é o trabalho. Portanto, iremos iniciar essa discussão a partir do trabalho, elucidando questões trazidas por ambos os autores com suas perspectivas.

1.1 O trabalho como elemento de formação do homem

Georg Lukács em as “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Pensamento do Homem” reafirma categoricamente que o marxismo pode ser entendido como uma ontologia (estudo do ser). Iniciaremos este trabalho trazendo alguns conceitos deste autor para elucidar a teoria de que na sociedade capitalista tudo se sujeita ao capital. Em sua interpretação das teses de Marx, Lukács disserta que o ser é visto como um processo histórico, a consciência é um resultado posterior do ser material (que não tem valor menor, por ser posterior), a consciência reflete a realidade e pode também modificar a própria realidade.

Neste contexto, o trabalho é estruturante no nascimento de um ser superior aos seres orgânicos, o ser social. O trabalho tem a capacidade de fabricação não só de produtos, mas da própria consciência. O produto do trabalho já existia no início do processo de maneira ideal. As atividades trabalhistas surgem em respostas às necessidades e elas mesmo geram novas necessidades. Durante esta atividade, o ser domina a natureza e se coloca em um processo de desenvolvimento de suas próprias capacidades. O trabalho não expressa unicamente a criação do ser social, mas se transforma em um modelo do nascimento da nova forma do ser em conjunto.

As ações teleológicas são projeções e planejamentos das ações de maneira virtual que acontecem na mente do ser. Porém, se o movimento teleológico é intrínseco na construção do mundo material, ele não se determina de maneira unicausal. A consciência é determinada pelo material. Considerando o trabalho uma práxis social, entendemos que a práxis é uma decisão entre alternativas. Portanto, todo ato social surge de uma decisão entre alternativas em volta de posições teleológicas futuras. Entretanto, as circunstâncias, as quais o homem irá agir para transformar, exercem pressão sobre o ser. Ou seja, homens e mulheres são impedidos pelas circunstâncias de agirem de modos específicos. Para Lukács (1978) “eles devem, em última análise, realizar por si as próprias ações, ainda que frequentemente atuem contra sua própria convicção.”

Apenas a objetivação do real faz com que possam nascer valores, sendo assim, é por isso que o produto do trabalho humano tem valor. Da mesma maneira acontece com o dever-ser, que é o comportamento humano formado a partir de fins sociais. O ser é direcionado no trabalho por finalidades definidas previamente. Portanto, tudo parte do mundo material, ou seja, do fator inicial. É factual que o homem durante o trabalho não tem o domínio de todas as circunstâncias e isso gera dois fenômenos.

O primeiro é o aperfeiçoamento constante do trabalho e o segundo é que o trabalho se torna cada vez mais variado. Na medida em que estes elementos se desenvolvem de maneira contraditória com as circunstâncias desconhecidas e incontroláveis, surge a realidade transcendente. Dito isso, o trabalho serve de exemplo não só como “modelo objetivamente ontológico de toda práxis humana”, mas também como modelo de criação divina da realidade (realidade transcendente). Todas as coisas são apresentadas como produzidas na imaginação por um criador que sabe de tudo.

A divisão do trabalho é consequente do aperfeiçoamento do próprio trabalho, entretanto em cada ordem societária ela possui características distintas. O mesmo ocorre com o conhecimento, mas para Lucáks (1978) toda sociedade se desenvolve até níveis onde a necessidade deixa de operar de maneira mecânico espontânea. Ainda que os grupos sociais consigam atingir suas finalidades através do processo de trabalho, o resultado é diferente daquilo projetado teleologicamente, por conta das circunstâncias. Tal fato aumenta com o crescimento das sociedades, ele é a diferença entre a finalidade e seus efeitos. Obviamente, esse fenômeno pode ser influenciado por resistências. Por exemplo, o fator subjetivo humano como resistência, diante de tais fenômenos pode ser até mesmo decisivo.

No capítulo V de O Capital, Marx debate sobre o processo de trabalho. De acordo com essa visão, o uso da força de trabalho é o próprio trabalho. O trabalho é visto por Marx nesse momento como um intercâmbio entre o homem e a natureza. É dita a célebre frase de que o homem ao transformar a natureza, transforma a si mesmo. Todavia, o autor se foca a debater o trabalho no seu sentido universal, e não sobre a égide capitalista.

Marx distingue a ação dos animais da ação do homem, pois somente a ação do homem é trabalho. E é isso, porque o homem projeta na imaginação o produto do seu trabalho. Nesse processo, o homem faz escolhas, não age somente por instinto. Uma abelha não consegue mudar o seu modo de agir, o homem muda. Cria ferramentas, valora seu produto, cria novas necessidades. A abelha, após realizar uma atividade continua sendo uma abelha, já o ser humano se torna um novo ser. São elementos chaves do processo de trabalho a atividade com um fim determinado, o objeto e seus meios.

Se as coisas que o trabalho utiliza têm conexão direta com a natureza em seu estado in locu, elas são definidas por Marx como objetos de trabalho preexistentes na natureza. Se objeto de trabalho já possui trabalho anterior, ele é matéria-prima. O meio de trabalho é um mediador entre o trabalhador e o objeto de

trabalho. Quanto mais desenvolvido é o processo de trabalho, mais desenvolvido são os meios de trabalhos.

A ação do trabalho é determinada também pelas condições objetivas. Elas são externas ao trabalho e são necessárias para que o processo ocorra. Quando o valor de uso se externaliza a partir do homem como produto, ele se torna condição do processo de trabalho. Todos os trabalhos anteriores se acumulam na versão final do produto. Um produto pode se tornar de novo matéria prima. Nisso eles perdem o caráter de produto e se tornam fatores objetivos do trabalho vivo.

No capitalismo, a natureza do processo de trabalho explicitado anteriormente não se altera. O que muda é que nessa ordem societária o proletariado trabalha sob o controle do capitalista, o capitalista se torna dono dos meios de trabalho e do próprio produto de trabalho. Portanto, o capitalista se apropriou do processo de trabalho em si.

1.2 O produto do trabalho e a geração de riqueza no capitalismo

Debater o trabalho como a ação que forma o ser social antes de debater o trabalho no capitalismo é essencial para o entendimento mais completo das implicações que decorrem da apropriação do trabalho no capitalismo. Dito isso, vamos agora refletir sobre a lei geral da acumulação capitalista para entender como o trabalho é apropriado e as suas consequências.

A mercadoria é o fruto do trabalho. Ela é produzida pela classe trabalhadora em condições sociais e históricas determinadas. Essas condições são frutos do desenvolvimento das relações sociais e das forças de produção. A mercadoria tem as funções de valor de uso e de troca. O valor de uso satisfaz as necessidades humanas, materiais e espirituais. Por sua vez, o valor de troca tem a função de equiparar mercadorias de espécies diferentes no processo de troca. David Harvey entende que Marx debate categorias formuladas e adequadas ao modo de produção capitalista, o mais valor (mais valia), por exemplo, seria um produto desta ordem societária.

A troca entre mercadorias acontece através da medida de um elemento universal em todas as mercadorias, o trabalho humano. O trabalho é uma ação humana que transforma a natureza. Sendo assim é a força que cria valor. Este é o trabalho concreto. A forma do trabalho que equipara mercadorias diversas é o trabalho abstrato, que é definido por Marx como:

Se o trabalho específico produtivo do trabalhador não fosse o de fiar, ele não transformaria o algodão em fio e, portanto, não transferiria os valores do algodão e do fuso ao fio. Se, no entanto, o mesmo trabalhador mudar de profissão e se tornar marceneiro, agregará, depois como antes, valor a seu material mediante uma jornada de trabalho. Agrega valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um tempo determinado. (MARX, 1996, p. 318)

Ou seja, o trabalho abstrato é a medida do tempo que é gasto na produção dos dois objetos que os iguala permitindo a troca. O valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho humano simples, despendido de trabalho humano em geral; o tempo de trabalho socialmente necessário para produção daquele gênero de mercadoria. Porém, o tempo necessário para produção das mercadorias; que determina a quantidade de valor nelas contida, propiciando a permuta entre objetos úteis que também são veículos de valor, apenas nos diz a proporção (quantitativa) desses objetos que podem ser permutáveis.

O desenvolvimento das sociedades gerou a necessidade de um elemento que fosse um equivalente geral que é o dinheiro. Ele é também uma mercadoria, porém não tem valor de uso, e se realiza apenas na troca. Ele por si só não representa a riqueza de uma sociedade, mas sim a capacidade produtiva. O dinheiro é um meio de troca, possibilita a circulação das mercadorias, que podem ser trocadas por dinheiro, que novamente pode ser permutado por mercadorias.

A fórmula desse processo é representada por: $M - D - M$. Essa é uma fórmula simples, que não expressa o acúmulo de dinheiro. O processo produtivo é formado basicamente por matéria prima, força de trabalho e ferramentas de trabalho. O dinheiro ao ser aplicado em capital produtivo possibilita a aquisição da força de trabalho (capital variável), terras e maquinário (capital constante). Existe também o capital circulante que corresponde, por exemplo, a matéria prima, pois entra apenas uma vez na produção. Resulta-se disso a mercadoria.

A mercadoria deve ser vendida com um valor a mais para que ocorra um excedente em relação ao capital inicial investido. Ou seja, o mais valor se realiza no fim do processo de circulação da mercadoria. Caso o valor obtido no fim da circulação da mercadoria seja o mesmo do capital inicial, temos como resultado uma reprodução para subsistência na qual não há possibilidade de novos investimentos e

crescimento. Agora se o resultado do processo de circulação (D') for menor do que o capital inicial, então o resultado final será descapitalização.

O processo de transformação da mais valia em capital segundo Marx chama-se acumulação de capital. Só pode ser transformado em capital, coisas que são utilizáveis no processo de trabalho (meios de produção e meios de subsistência). Para Marx (1996), a mais valia só se transforma em capital, porque o mais-produto, já contém os componentes materiais de um novo capital.

A mais-valia é o valor não pago ao trabalhador. No mundo capitalista, a força de trabalho só é remunerada com o valor necessário para a sua subsistência. A mais-valia é fruto da força de trabalho e só pode ser fruto dessa, pois sua origem vem justamente do trabalho humano empregado na mercadoria que não é pago. Portanto, a força de trabalho cumpre um papel essencial no fenômeno de ampliação do capital. Nesse processo, o capitalista deve adicionar o valor agregando mais força de trabalho ou explorando mais os trabalhadores. É uma relação desigual em sua natureza, pois a exploração do trabalhador acontece, justamente, pelo proletariado estar alheio à propriedade e só ter a força de trabalho como mercadoria.

Desde sua origem, o capital só tem valor formado pelo trabalho. Meios de subsistência e meios de trabalho são componentes do mais-produto. Tudo isso foi resultado do valor extraído da classe trabalhadora pela classe capitalista. A classe trabalhadora é o elemento criador do valor. Sem ela não existe valor agregado, a matéria prima não se torna mercadoria, a mercadoria não circula e a fórmula $D < D'$ não ocorre. Marx já dizia:

Quando esta, com parte do tributo, compra força de trabalho adicional daquela, mesmo por seu preço integral, de modo que se troque equivalente por equivalente — permanece sempre o velho procedimento do conquistador, que compra as mercadorias dos vencidos com seu próprio dinheiro roubado. (MARX, Karl, 1996, p. 216)

A subserviência de uma classe sobre a outra ocorre, porque o capitalista tem o monopólio dos objetos necessários para o processo de trabalho e dos meios de subsistência. Para Harvey, o contrato de trabalho permite que o capitalista dirija a atividade laboral, determine as tarefas e dê uma finalidade própria ao produto do trabalho. Tudo isso acontece segundo o autor (interpretando Marx) por conta das condições que são impostas à classe trabalhadora para que essa se insira no processo de produção. A força de trabalho é uma mercadoria que pertence ao capitalista durante o período do contrato e que tudo que for produzido pertencerá à

burguesia. O trabalho deve ser encontrado em um mercado livre, por isso o trabalho livre é uma condição histórica para o surgimento do capital.

Essas condições que alienam o trabalhador do seu próprio trabalho, tendo em vista que o mesmo não é mais dono do trabalho que este realiza, permitem ao capitalista criar uma unidade que é maior que a soma das mercadorias utilizadas, meios de produção e a força de trabalho. Ele não quer produzir só valor, ele quer produzir mais valor. Esse objetivo de criar mais valor é a gênese do lucro. É uma relação desigual que se reproduz de maneira desigual. Para Harvey (2013), existe uma distinção crucial entre o que o trabalhador recebe e o que o trabalhador cria.

Mészáros (2005) também contribuiu para este debate. O autor define o capital como uma forma incontrolável de controle sociometabólico. Essa característica é justificada pôr o capital ser a estrutura totalizadora mais poderosa que já existiu. O capital globalmente dominante se constitui como o primeiro sistema da história totalizador irrecusável e irresistível. O autor entende que o capital é um sistema mais dinâmico do que outros. Mészáros (2005) atribui esse dinamismo a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão. Tanto os capitalistas, quanto os trabalhadores têm que seguir os mandos e objetivos do sistema, ou sofrer as consequências e perder o negócio. O capital é entendido também como uma estrutura de comando singular:

As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital. Além do mais, dada a modalidade única de seu metabolismo socioeconômico, associada a seu caráter totalizador – sem paralelo em toda a história, até nossos dias –, estabelece-se uma correlação anteriormente inimaginável entre economia e política (Mészáros, pag.93; 2005),

Essa sujeição de tudo assume a forma da divisão da sociedade em classes sociais e de controle político. Infere-se que isto ocorre, pois de acordo com a tradição marxista, o que faz do homem ser homem é o trabalho. Como o capital tem todo o controle sobre o processo de trabalho, indo inclusive para além disso, pois se apropria do próprio trabalho, o capital se apropria do fenômeno que faz o homem ser homem. Daí decorre o controle do sistema sobre tudo que existe.

Iamamoto (2013) entende que o capital é uma relação social e que ele se expressa por meio de mercadorias. Elas, como já dito, têm valor de uso, mas não só. São grandezas de magnitudes sociais que definidas pelo lócus de trabalho que possuem. O valor da mercadoria é definido pelo valor de troca. Os produtos

assumem a forma de mercadoria, pois são resultantes do trabalho privado que necessitam ser trocados, são os valores de uso para os outros.

Os objetos não são trocados por sua própria conta, eles são trocados por seres humanos, daí advém uma relação social. É desenvolvido disso também um caráter mistificado, pois a igualdade dos trabalhos humanos é disfarçada sob a forma de equiparação dos produtos como valores. A mistificação segundo a própria autora ocorre, pois as relações sociais aparecem como materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas.

Iamamoto (2013) também diz que nem toda soma de mercadorias é capital, pois o capital supõe o monopólio dos meios de produção e de subsistência por uma parte da sociedade. Além disso, a mercadoria (dinheiro) se transforma em capital através de três processos:

1. Compra e venda dos meios de produção e da força de trabalho.
2. Mediante o trabalho contido no produto, os meios de produção transformam-se em produtos que contêm a mais-valia criada.
3. A mercadoria se torna dinheiro durante a circulação e é aí que o valor do capital e da mais-valia se realiza.

Por sua vez, o processo de produção capitalista é um processo de trabalho com condições específicas já elucidadas. É um processo de valorização que tem seu fim e início de seu ciclo na própria circulação. Quanto mais o valor do capital se resume em mercadoria, mais esta tem que circular, tem que ser vendida e se tornar dinheiro. Esse processo é cruel, pois as necessidades humanas são subjugadas ao lucro, as mercadorias circulam para cumprir somente essa finalidade. A ordem é mais mercadorias circulando de maneira mais rápida para se ter mais lucro. Isto faz com que no capitalismo ocorra a generalização da mercadoria, que se torna a riqueza.

Por isso, o capital não pode ser usado como sinônimo perfeito de riqueza e patrimônio, pois não é somente a riqueza e patrimônio que constituem o capital. Entender o capital apenas como patrimônio e riqueza, significa reificar o entendimento do capital como uma relação mecânica sem a presença humana. E esse processo é cada vez mais disseminado na atualidade em tempos de hegemonia do capital financeiro, que representa a ideia de reprodução do capital sem a participação humana na criação do valor. É um modelo mágico, no qual são feitos investimentos de origem estrangeira em um país X e logo se tem o retorno de

mais dinheiro, que na superficialidade é explicado através de uma mera movimentação financeira.

Esse processo de trabalho que é o capital, tal como é entendido por lamamoto (2013), é a apropriação do trabalho através da exploração. O trabalho é o elemento criador do ser social, como explicado por Lucáks (1978), sendo assim, no estágio atual da humanidade entregamos ao capital o fenômeno que nos torna humanos, por isso a dominação do capital é total, tal como expresso por Mészáros (2005). O processo de trabalho no capitalismo não permite que a liberdade, fruto do trabalho humano, seja vivenciada de maneira plena.

É importante aprofundarmos a relação da influência do crescimento do capital sobre o destino da classe trabalhadora. O capital tem um duplo sentido em sua composição. A composição valor é o capital constante e variável. A composição técnica é a massa dos meios de produção e o montante de trabalho exigido para a produção. Essa relação simbiótica gera o fenômeno que o crescimento o capital implica o crescimento de sua parcela convertida em força de trabalho.

Acumulação do capital é, portanto, a multiplicação do proletariado. Entretanto, essa relação de dois polos que se atraem e se repelem é marcada pela desigualdade. Ou seja, aqui estamos afirmando que é intrínseco ao surgimento e crescimento do capital a desigualdade. Ainda que ocorra o preço crescente do trabalho (em decorrência da acumulação do capital), significa apenas que a riqueza produzida pelo próprio trabalhador diminua seu aperto. A força de trabalho é comprada para valorizar o capital. A grandeza da acumulação do capital, como dito por Marx, é uma variável independente, já a grandeza salário por sua vez é dependente.

1.3 O capital segundo Piketty

Thomas Piketty é o autor do livro “O Capital no Século XXI”. O próprio título da obra do autor francês sugere que o autor debate sobre o capital. Piketty inicia seu debate sobre esse fenômeno excluindo o capital humano desse fenômeno. Ele faz isso com o intuito de negar a força de trabalho como uma forma de capital. Para ele o capital é a soma de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados. Ele é formado pelo capital imobiliário, financeiro e profissional utilizado pelas empresas e pela administração pública.

Piketty exclui a força de trabalho do conceito de capital, porque ela não poderia pertencer a outra pessoa, a não ser no regime de escravidão. De maneira contraditória ele admite que os serviços podem ser vendidos mediante o contrato de

trabalho. Ele entende que os “serviços de trabalho” podem ser adquiridos por um tempo determinado.

Essa perspectiva é bem diferente das exemplificadas por outros autores aqui citados. Entendemos que no capitalismo, a força de trabalho pode ser sim mensurada economicamente, pois a força de trabalho é uma mercadoria. E como mercadoria sua troca é mediada pelo dinheiro através dos salários definidos nos contratos de trabalho. Toda empresa sabe o quanto custa a força de trabalho, portanto ela não é uma força abstrata ou invisibilizada.

Endossamos a ideia de que o trabalho origina mais valor. Ele gera o capital através da exploração do trabalho livre. O trabalho livre é diferente sim da escravidão, porém ele não rompeu com o fenômeno da apropriação. Pelo ao contrário, a exploração do trabalho livre na sociedade capitalista elevou o fenômeno da apropriação a patamares exorbitantes. O trabalho é apropriado por um tempo determinado na sociedade capitalista. Sendo assim, Piketty não conseguiu em sua obra expressar que a apropriação na sociedade capitalista tem diferentes características (capital variável e capital constante), ou seja é uma relação social.

1.4 A lei geral da acumulação capitalista

O capital tem um duplo sentido em sua composição. A composição valor é o capital constante e variável. A composição técnica é a massa dos meios de produção e o montante de trabalho exigido para a produção. Essa relação simbiótica gera o fenômeno que o crescimento do capital implica no crescimento de sua parcela convertida em força de trabalho.

Acumulação do capital é, portanto, a multiplicação da força de trabalho. Entretanto, essa relação de dois polos que se atraem e se repelem é marcada pela desigualdade. Ou seja, aqui estamos afirmando que é intrínseco ao surgimento e crescimento do capital a desigualdade. A força de trabalho é comprada para valorizar o capital. A grandeza da acumulação do capital, como dito por Marx, é variável independente, já a grandeza salário por sua vez é dependente. lamamoto (2013) afirma que o caráter coletivo da produção em oposição à apropriação privada da atividade humana, das condições para a sua realização e seus produtos, origina a questão social.

Tanto Para lamamoto (2013), quanto para Maranhão (2010) a incorporação dos avanços científicos com o fim de aumentar acumulação de capital reduz o emprego da força de trabalho na produção e do gasto de tempo necessário nesse

processo. O intuito deste conhecimento é acelerar a produtividade, rotação do capital, permitindo assim a ampliação da taxa de lucratividade. Sendo assim é posta uma contradição na realidade, enquanto o incremento necessário de capital variável diminui, aumenta o crescimento da população trabalhadora. A acumulação produz desta forma o aumento de uma população que não consegue postos de trabalho ou que consegue ocupações precárias. Os trabalhadores empregados, por sua vez, são subjugados ao interesse do capital de extrair uma quantidade maior de trabalho dos já empregados em menor quantidade de vagas de trabalho. Por fim, para lamamoto:

O crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas da força expansiva do capital, expressando a lei geral da acumulação capitalista (lamamoto, pag.158; 2013).

1.5 O Capital Financeiro

A propriedade do capital se desenvolveu a um ponto no qual se tornou uma forma de aquisição do trabalho alheio presente e futuro que rende juros. Em um primeiro olhar, o dinheiro aparece como uma forma de criação de valor autônoma. Essa percepção dá a ideia de criação do valor longe do processo de produção. É dinheiro que ganha dinheiro, como dito por Marx é “amor no corpo”.

Entretanto, o juro não é uma criação do capitalismo, a usura inclusive o antecede. Era proibido por tradições religiosas milenares. O próprio velho testamento, documento histórico que rege várias religiões, diz que “A teu irmão não emprestarás com juros, nem dinheiro, nem comida, nem qualquer coisa que se empreste com juros” (Deuteronômio 23:19)

O papel que o capital a juros cumpre na sociedade capitalista é diferente de outros estágios organizativos sociais. Atualmente, o crédito se apresenta na circulação fundada no capital ou no trabalho assalariado, que são produtos da ordem societária atual como já explicitado. O juro atual é determinado pelo lucro que deve ter uma quantidade que possibilite que parte dele possa ser juro. Sendo, assim é o fenômeno que tem relações intrínsecas com as condições objetivas de produção. Ele é representado pela classe capitalista que são donos do capital-dinheiro. É o dinheiro tendo totalmente a função de mercadoria que possibilita circulação de outras mercadorias.

Essa classe específica desempenha uma função distinta de outros gêneros capitalistas. A classe capitalista de conjunto busca o lucro e apropriar os meios de produção. Os proprietários do capital-dinheiro fornecem o crédito para aquisição de

mercadorias diversas, já os capitalistas industriais empregam o capital de forma produtiva. De acordo com lamamoto:

O juro expressa a valorização do capital, a possibilidade de apropriar-se de parcela do lucro médio que a propriedade do capital propicia ao capitalista monetário. Este aliena temporariamente o valor de uso do seu capital dinheiro, ou seja, seu poder de funcionar coo capital e produzir mais-valia (lamamoto, pag. 95; 2012).

Sendo assim, o juro é mais valia, pois decorre do processo de produção. É originado do trabalho excedente em forma de dinheiro. Ele depende do processo de rotação do capital com a mediação de crédito. Ao manter separado os processos de compra e venda, o sistema de crédito é uma força propulsora especulativa sem limites. O valor do crédito não é formulado a partir de receitas reais, pois ele estabelece relação com o trabalho futuro.

Para Fontes (2010), a divisão entre propriedade e gestão é traduzida na conversão dos mutuários em agentes do capital monetário para a extração de mais valor. Quando o crédito é concedido, o que é esperado é que a pessoa tenha uma atitude capitalista. Com o dinheiro emprestado se deve apropriar o trabalho não pago. A condição de recebimento de crédito é ser capitalista em potencial.

A autora explica a partir de Marx que o processo acontece da seguinte forma:

1. **D**: O capital portador de juros é convertido em capital através de empréstimo
2. **d**: dinheiro nas mãos da pessoa que vai explorar o trabalhador, extraíndo sobre-trabalho
3. **M**: processo de produção em curso, ou seja, “**d**” é injeto nesse processo e se imobiliza
4. **d'**: os produtos produzidos são vendidos e se toram dinheiro com lucro (‘)
5. **D'**: é realizado o pagamento do empréstimo junto com os juros (‘). Os juros, por sua vez, é uma parcela do lucro gerado no processo produtivo, é sobretrabalho.

Fontes (2010) ressalta que para quem concede o crédito, o movimento se limita a D-D'. Ou seja, aos interesses diretos do capital financeiro. Para este, todo o processo seguinte não o interessa, pois não lhe diz respeito. O seu objetivo é assegurar a venda do capital monetário com o condicionante de sua reprodução ampliada. Essa realidade é para Fontes (2010) um fetiche potencializado, pois:

“ (. . .) ao espelhar a experiência imediata dos proprietários de capital monetário para o conjunto da vida social. Se a existência de grandes proprietários de massas monetárias é real, se a imagem que constroem lhes corresponde, sua generalização é unilateral, descolada do substrato efetivo do conjunto da vida social que lhes dá existência” (FONTES, pag. 26; 2010).

Para Fontes (2010), esse fenômeno reverbera a ideia da existência de atividades puramente monetárias acompanhadas de dois mitos de percepção unilateral. O primeiro é que na gestão intelectual (gerência de riscos e na gestão internacionalizada do capital monetário) é que o lucro é gerado. O segundo é que o trabalho concreto não tem mais importância na vida social. Ou seja, o capital se torna automaticamente produtivo, ele mesmo produz dinheiro.

Nos é lembrado por Fontes que Marx já insistia que o juro é uma parte do mais valor e que não devemos esquecer as raízes do capital monetário. Os bancos, por sua vez, ainda que tenham sido constituídos antes do capital industrial, se derivam dele na sua fase moderna. O juro não é originado de um acordo feito por capitalistas e governos para definir o custo do dinheiro.

O negócio bancário é originado a partir da concentração e centralização dos mutuários e formam um poder monetário. A aparência do capital que contém juros faz com que cada rendimento monetário regular surja de um capital, ainda que em essência não seja provido de um capital. A dívida pública, por exemplo, é um crédito vendido ao Estado que dá direito ao credor de ter receita provinda desse crédito.

Ainda que estes títulos possam ser vendidos ou comprados, eles são capitais ilusórios, pois a soma emprestada já foi gasta, ou seja, não existe mais. E eles permanecem assim, porque se tornam invendáveis, desaparecendo a aparência de capital. É perdido o movimento processual e real de valorização e a percepção de autoprocesso de valorização se estabelece.

O crédito retira obstáculos que desafiam a valorização e cria períodos de super-produção e subprodução. Ele tem profundas relações com o estado da economia na atualidade e com as crises. Impõe uma lógica quantitativa como riqueza abstrata com objetivo fervoroso de crescimento. O capital financeiro exerce hoje na economia uma função estruturante.

Os indicadores econômicos consolidados do Banco Central do Brasil de 14 de outubro de 2015 apontam que o crédito do sistema financeiro tem o saldo percentual do PIB de 28,8% para pessoas jurídicas e 54,6% para pessoas físicas.

Dados da auditoria cidadã da dívida pública mostram que 45,11% de todo o orçamento federal são destinados a amortização da dívida pública brasileira.

O capital financeiro é uma mercadoria que cumpre uma função política de submissão dos estados nacionais a esta forma de capital. Para Lênin é característico a fusão do capital industrial e bancário que originam o domínio do capital financeiro. Nesse processo acontece a concentração e a monopolização bancária. Os bancos convertem o capital monetário inativo em ativo (capital que rende lucro). O capital bancário monopolista subordina as ações de toda a sociedade. É a dominação da oligarquia financeira, que cresce com lucros excepcionais, empréstimos estatais e outros mecanismos.

O excedente não é canalizado para elevar o nível da vida das populações e para o crescimento econômico. Ele em sua forma de capital financeiro é usado como elemento de dominação dos países centrais sob os países de capital excedente. Isto é exemplificado por Eduardo Galeano na obra “Veias Abertas da América Latina”. Segundo o autor, a independência das colônias latinas gerou uma substituição da dominação colonial da Espanha e de Portugal para a inglesa.

A dominação inglesa foi estabelecida justamente através da financeirização das economias latinas. Durante a Guerra do Paraguai, a Inglaterra utilizou a Argentina, Brasil e o Uruguai como marionetes para a deflagração da guerra contra o Paraguai. O intuito era destruir a economia paraguaia que tinha traços protecionistas; impedindo o seu desenvolvimento e propiciando uma verdadeira enxurrada de capital inglês nessas economias latino-americanas, ao ponto de torná-las mais dependentes da Inglaterra. Foi uma verdadeira substituição do domínio das metrópoles portuguesas e espanholas pela inglesa.

Como mercadoria, o capital financeiro é exportado e constitui um elemento de dominação dos países do capitalismo periférico, nos quais ele tem pouca oferta. Ele é vendido como promessa de desenvolvimento. Essa característica faz parte de uma fase específica e elevada do capitalismo, o imperialismo monopolista. É pilar desta fase a substituição da competição pelo monopólio. Nessa fase o capital financeiro é uma característica determinante.

2. A desigualdade social segundo Piketty

Thomas Piketty no livro “O Capital no século XXI” deu centralidade a discussão sobre a desigualdade. Na concepção do autor, este fenômeno pode se decompor em três termos, respectivamente, a desigualdade da renda do trabalho, a

desigualdade da propriedade do capital (e das rendas oriundas dela) e a relação desses dois termos.

O autor focaliza sua discussão sobre a desigualdade a partir da ótica da renda. Para ele, a desigualdade é objetivada pela junção entre a desigualdade da renda do trabalho e a desigualdade da renda do capital. Sendo assim, no desenvolver deste capítulo explicaremos essas categorias que fazem parte do fenômeno da desigualdade de acordo com o pensamento de Piketty. Em sequência, analisaremos as perspectivas do autor de maneira crítica e nos posicionaremos no polêmico debate sobre a desigualdade social frente as diversas teorias que aqui serão citadas.

2.1 A desigualdade da renda do capital e do trabalho

Primeiramente é importante lembrarmos que para Piketty, o capital é a soma de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados. Ele é formado pelo capital imobiliário, financeiro e profissional utilizado pelas empresas e pela administração pública. Dessa forma, essa desigualdade analisada pelo autor é a uma análise da diferença patrimonial feita a partir das declarações dos impostos de renda em diversos países.

Em sua pesquisa, Piketty percebeu que regularmente esse tipo de desigualdade é o maior. A concentração da propriedade do capital e suas rendas é sistêmica e concentrada. Regularmente essas características são encontradas em todos os países, épocas e em grandes proporções. Piketty (2014) apresenta dados que apontam que 10% dos indivíduos que detêm o patrimônio mais elevado é sempre superior a 50% do total da riqueza, podendo chegar a 90% em algumas sociedades. Além disso, os 50% mais pobres em patrimônio têm sempre menos de 10% do patrimônio total e em geral menos de 5% ou dez vezes menos do que os 10% mais ricos.

Para o autor, essas revelações nada têm de evidente, o mesmo conclui:

Devemos insistir desde já que essa regularidade em si nada tem de evidente, e ela revela, precisamente, a natureza dos processos econômicos e sociais que governam a dinâmica da acumulação e da distribuição de patrimônios (Piketty, Thomas, 2014, p. 240).

Entretanto, o autor entende que esse fenômeno não é explicado por duas teorias que seriam plausíveis. A primeira é a acumulação por precaução que é o

resguardo individual de choques negativos no futuro. Já a segunda é a poupança do ciclo da vida. Ele ressalta que a poupança do ciclo da vida não explica a magnitude do fenômeno, porém caracteriza que as pessoas mais velhas são mais ricas do que as mais jovens. Todavia, a concentração de riqueza é praticamente tão forte dentro de grupos com a mesma dimensão etária quanto na população em geral. Sendo assim, Piketty (2014) faz a importante conclusão de que ao contrário de uma ideia disseminada, a “luta etária” não substituiu a “luta de classes” (página 315 na versão em PDF).

Segundo o pesquisador francês esse fenômeno da concentração do capital é explicado principalmente pela importância da herança e de seus efeitos cumulativos. Vamos entender melhor a dimensão desse tipo de desigualdade na tabela (imagem) a seguir:

TABELA 7.2
A desigualdade da propriedade do capital no tempo e no espaço

Distribuição dos diferentes grupos no total do capital	Desigualdade suave (nunca observada; sociedade ideal?)	Desigualdade média (≈ países escandinavos, anos 1970-80)	Desigualdade média -acentuada (≈ Europa 2010)	Desigualdade acentuada (≈ Estados Unidos 2010)	Desigualdade muito acentuada (≈ Europa 1910)
Os 10% mais ricos ("classes superiores")	30%	50%	60%	70%	90%
o 1% mais rico ("classes dominantes")	10%	20%	25%	35%	50%
os 9% seguintes ("classes abastadas")	20%	30%	35%	35%	40%
Os 40% do meio ("classes médias")	45%	40%	35%	25%	5%
Os 50% mais pobres ("classes populares")	25%	10%	5%	5%	5%
Coefficiente de Gini correspondente (indicador sintético de desigualdade)	0,33	0,58	0,67	0,73	0,85

Nas sociedades caracterizadas por uma desigualdade "média" da apropriação do capital (como nos países escandinavos dos anos 1970-1980), os 10% mais ricos em relação à apropriação do capital detêm cerca de 50% do património; os 50% menos ricos, em torno de 10%; e os 40% do meio, cerca de 40%. O coeficiente de Gini correspondente é de 0,58. Ver o Anexo Técnico.

Figura 1 – O Capital no século XXI, Piketty, página 243.

Já a desigualdade da distribuição da renda provinda do trabalho tem como determinantes a oferta e a demanda por qualificações, o estado do sistema educacional, as regras das instituições que regem o funcionamento do mercado de trabalho e o processo de formação dos salários. 10% dos indivíduos que estão no topo da remuneração costumam a deter de 20% a 30% da renda total do trabalho, ou seja, em geral ganham de duas a três vezes mais. Os 50% mais mal pagos recebem em torno de um quarto a um terço, mais ou menos tanto quanto os 10% mais bem pagos. A desigualdade do trabalho é bem diferente da realidade extrema da desigualdade de capital.

Vejamos a tabela (imagem) a seguir;

TABELA 7-3
Desigualdade total da renda (trabalho e capital) no tempo e no espaço

Distribuição dos diferentes grupos na renda total	Desigualdade suave (≈ países escandinavos, anos 1970-80)	Desigualdade média (≈ Europa 2010)	Desigualdade acentuada (≈ Estados Unidos 2010; Europa 1910)	Desigualdade muito acentuada (≈ Estados Unidos 2030?)
Os 10% mais ricos ("classes superiores")	25%	35%	50%	60%
o 1% mais rico ("classes dominantes")	7%	10%	20%	25%
os 9% seguintes ("classes abastadas")	18%	25%	30%	35%
Os 40% do meio ("classes médias")	45%	40%	30%	25%
Os 50% mais pobres ("classes populares")	30%	25%	20%	15%
Coefficiente de Gini correspondente (indicador sintético de desigualdade)	0,26	0,36	0,49	0,58

Figura 2 – O Capital no século XXI, Piketty, página 244.:

Piketty faz uma tipologia das classes sociais utilizando as noções de decis, percentis, décimos e centésimos. Para o autor, esses termos que expressam a estratificação social permitem traçar a correspondência da desigualdade entre épocas e possibilitam também uma linguagem comum. É necessário destacar que a desigualdade social não pode só ser entendida a partir da questão da variação da renda, mas também pela quantidade de pessoas que detêm cada faixa de rendimento. Esse indicador quantifica os grupos beneficiados e não beneficiados pelas altas e baixas rendas. Tal forma de descrever os grupos pertencentes a sociedade estratificada atual permite para Piketty analisar o desenvolvimento da desigualdade e a realidade.

O entendimento de que a desigualdade tem duas nuances principais (trabalho e patrimônio) é de extrema importância para uma melhor descrição da realidade. Isso advém do fato de que as pessoas que possuem as mais altas rendas do trabalho não são as mesmas possuidoras dos altos patrimônios. Entretanto, essa característica não é suficiente para falarmos de novas classes sociais no capitalismo. O conceito de classes na tradição marxista não é determinado pelo caráter da renda, mas pelo papel social de cada classe no sistema. Essa percepção leva em conta a relação de cada classe social com a estrutura e a superestrutura. Burguesia e proletariado não expressam somente a ideia da renda que cada um possui, mas a relação de cada classe com o mundo do trabalho. Ou seja, é a relação de cada classe com a propriedade privada. As duas visões podem se completar com ressalvas, pois pertencem a pensamentos sociais distintos.

O fato é que no período de Marx não existiam mecanismos que possibilitavam a análise de renda tal qual como Piketty na atualidade. Entretanto, mais do que essas possibilidades de pesquisa, o que diferencia cada autor são os pressupostos referentes a posicionamentos de teoria social, filosofia e economia-política. Os dados de Piketty emergem a quantidade de indivíduos pertencentes a cada faixa de renda, isso é real, o que deve ser discutido é que se apenas através destes dados podemos definir novas classes sociais. Uma análise marxista não pode refutar tais dados empíricos, mas deve propiciar a partir do método histórico dialético conclusões sobre essa realidade social. Afinal de contas, são dados inéditos e suas reverberações serão definidas no próprio curso da história.

Piketty (2014) afirma que o conceito de definição de classe a partir de uma perspectiva percentual pode expressar características muito importantes. Em um país com 260 milhões de adultos como os EUA, o centésimo superior (grupo social

com altas rendas) é formado por 2,6 milhões. Este é um grupo social bastante relevante, pois segundo o próprio autor, ele é bem característico na paisagem social, na ordem político-econômica e não só na distribuição de renda. O autor ressalta que a hierarquia social é formada por dimensões dos dois tipos de desigualdade. Isso advém do fenômeno de muitas pessoas fazerem parte da classe superior em termos de renda do trabalho, mas da classe popular em termos de patrimônio. Dessa forma, Piketty entende a desigualdade como multidimensional.

A desigualdade do trabalho tem suas especificidades e ainda que seja em termos matemáticos “mais branda” do que a de patrimônio, no aspecto da vivência e de fenômeno social não é um por menor. Na maior parte dos países as mulheres recebem 50% dos salários mais baixos. Além disso, podemos citar diversos fenômenos que se interseccionam com o mundo do trabalho, tais como LGBTfobia, racismo, capacitismo e etc. Infelizmente, esse trabalho não deu conta de aprofundar questões tão importantes. A discriminação no mercado de trabalho é definida por Prata e Pianto (2009) como existente quando trabalhadores que possuem as mesmas habilidades, escolaridade, treinamento, experiência e produtividade têm seus salários diferenciados por características irrelevantes para o exercício do seu trabalho. Ela é diferenciada, segundo Prata e Pianto (2009) por quatro tipos: discriminação salarial, discriminação de emprego, discriminação de trabalho ou ocupacional e discriminação ao acesso do capital humano.

A desigualdade do trabalho é importante também, pois a renda do trabalho representa em geral entre dois terços e três quartos da renda nacional. Em países fortemente desiguais como os EUA dos inícios dos anos 2010, o décimo superior possuía um rendimento de 35% do total, enquanto a metade inferior ganhava apenas 25%. Piketty (2014) fez a importante afirmação sobre a desigualdade do trabalho: “Quando se tem um alto salário o indivíduo não possui apenas mais poder de compra, mas também mais poder sobre os outros”, como por exemplo ter pessoas que ganham pouco e que irão trabalhar para esse indivíduo que ganha muito.

Mais perplexa do que a desigualdade do trabalho é sem dúvida a desigualdade do capital. Segundo Piketty (2014) não existe sociedade em nenhuma época na qual a distribuição do capital foi muito pouco desigual, onde pelo menos metade da população detinha parte significativa do patrimônio total. Os dados coletados pelo autor apontam que os 50% mais pobres em patrimônio detêm sempre menos de 10% da riqueza nacional, e geralmente menos de 5%. O autor ressalta ainda que essa realidade pode ser mais alarmante ainda; já que a maioria

das pesquisas são baseadas em declarações de patrimônio individuais, sendo assim, subestima as fortunas elevadas.

Piketty (2014) explica que essas cifras precisam ser melhor compreendidas. Ele dá como exemplo uma sociedade na qual o patrimônio líquido seja de 200.000 euros por adulto. Tal patrimônio se divide em bens imobiliários e ativos financeiros profissionais. Se os 50% mais pobres detêm 5% da riqueza total, isso significa que, em média, os indivíduos possuem o equivalente a 10% do patrimônio médio em vigor no conjunto da sociedade. De acordo com o exemplo, então os 50% mais pobres possuem em média uma riqueza líquida de 20.000 euros, o que não chega a ser nulo, mas não representa grande coisa em relação a riqueza da nação.

Para o autor esse fenômeno cria uma realidade do patrimônio ser tão concentrado que boa parcela da sociedade ignora sua existência e às vezes pode pensar que ele existe apenas em mãos de seres metafísicos. Isso torna mais indispensável o estudo metódico e sistemático do capital e sua distribuição. Piketty (2014) faz um raio x da composição dos patrimônios de acordo com determinados grupos. No grupo dos 9% (aqueles que têm quase 1 milhão de euros) a maior parte do patrimônio é composta por imóveis. Já para o centésimo superior, os ativos financeiros e profissionais são preponderantes. A habitação é o investimento favorito das classes médias e dos moderadamente abastados. Todavia, a verdadeira fortuna é composta por ativos financeiros e profissionais.

É necessário ressaltar o surgimento das classes médias como uma inovação do século XX. Piketty (2014) expõe em seu livro que a classe média patrimonial constitui a principal transformação estrutural da distribuição da riqueza nos países desenvolvidos no século citado. Durante a Belle Époque a concentração da riqueza era mais extrema do que nos dias de hoje. Os 10% mais ricos detinham a riqueza nacional quase totalmente. A parcela do décimo superior era de 90%. Os 1% mais ricos eram donos de mais 50% do total e riqueza. Por outro lado, os 40% do meio detinha apenas pouco mais de 5% da riqueza nacional. Não existia classe média, porque os 40% do meio eram quase tão pobres quanto os 50% mais pobres.

Entretanto, Piketty (2014) afirma que a classe média só conseguiu “arrancar migalhas”. Mais especificadamente um terço do patrimônio na Europa e apenas um quarto do patrimônio nos EUA. À primeira vista, isto pode parecer um número alto, porém não é. A classe média reúne uma população quatro vezes maior do que o décimo superior, mas tem uma riqueza duas a três vezes menor do que o décimo

superior. Compactuamos com a conclusão de Piketty (2014) de que a redução histórica da desigualdade foi menos intensa do que se imagina.

Por outro lado, ainda que sejam “migalhas”, são “migalhas” importantes. O fato de uma grande parcela da população dos países desenvolvidos deterem algumas centenas de milhares de euros e possuírem entre um quarto a um terço da riqueza nacional é uma transformação que não pode ser subestimada. Essa transformação foi possível mediante à forte queda dos patrimônios. O patrimônio do centésimo superior caiu a menos da metade na Europa (passando de 50% a cerca de 20-25% no fim do século XX e início do século XXI).

Piketty (2014) aponta em seus estudos que a desigualdade total da renda (relação entre os dois tipos de desigualdade) está mais próxima da desigualdade da renda do trabalho do que do capital. Isso ocorre, pois as rendas do trabalho representam entre dois terços e três quartos da renda nacional total. O autor também mostra que existem duas maneiras para uma sociedade atingir uma forte desigualdade de renda total e ressalta que na prática todas as sociedades misturam as duas lógicas complementares:

- a) Sociedade hiperpatrimonial: sociedade na qual os patrimônios são muito importantes e a concentração atinge níveis muito elevados (90% do patrimônio para o décimo superior e 50% para o centésimo superior). A renda total é dominada pelas rendas muito elevadas do capital, sobretudo pelo capital herdado. Exemplo: antigo regime e na Europa da belle époque.
- b) Sociedade de superexecutivos: modelo estadunidense no qual a sociedade é muito desigual, mas onde o topo da hierarquia é dominado pelas altas rendas do trabalho e não pelas rendas herdadas.

2.2 A evolução histórica da desigualdade social em diferentes países

2.2.1 A Realidade Francesa

Piketty inicia essa análise pela França e se atêm, mais uma vez, a realidade dos países desenvolvidos para os quais existem dados adequados que possibilitaram a sua pesquisa. A desigualdade de renda na França teve um forte declínio desde a Belle Époque: a parcela do décimo superior passou de 45%-55% da renda nacional nas vésperas da Primeira Guerra Mundial para 30-35% na atualidade. Isso representa uma redução de um terço da parcela da riqueza produzida recebida pelos mais ricos e um aumento semelhante da parcela que os 90% restantes da população recebem. A Belle Époque era muito desigual, com uma

das taxas mais altas da história. É perceptível também no gráfico (imagem) a seguir que a diminuição da desigualdade de renda durante o século XX se deve à queda das altas rendas do capital. Todavia, as hierarquias salariais permaneceram de certa forma inalteradas.

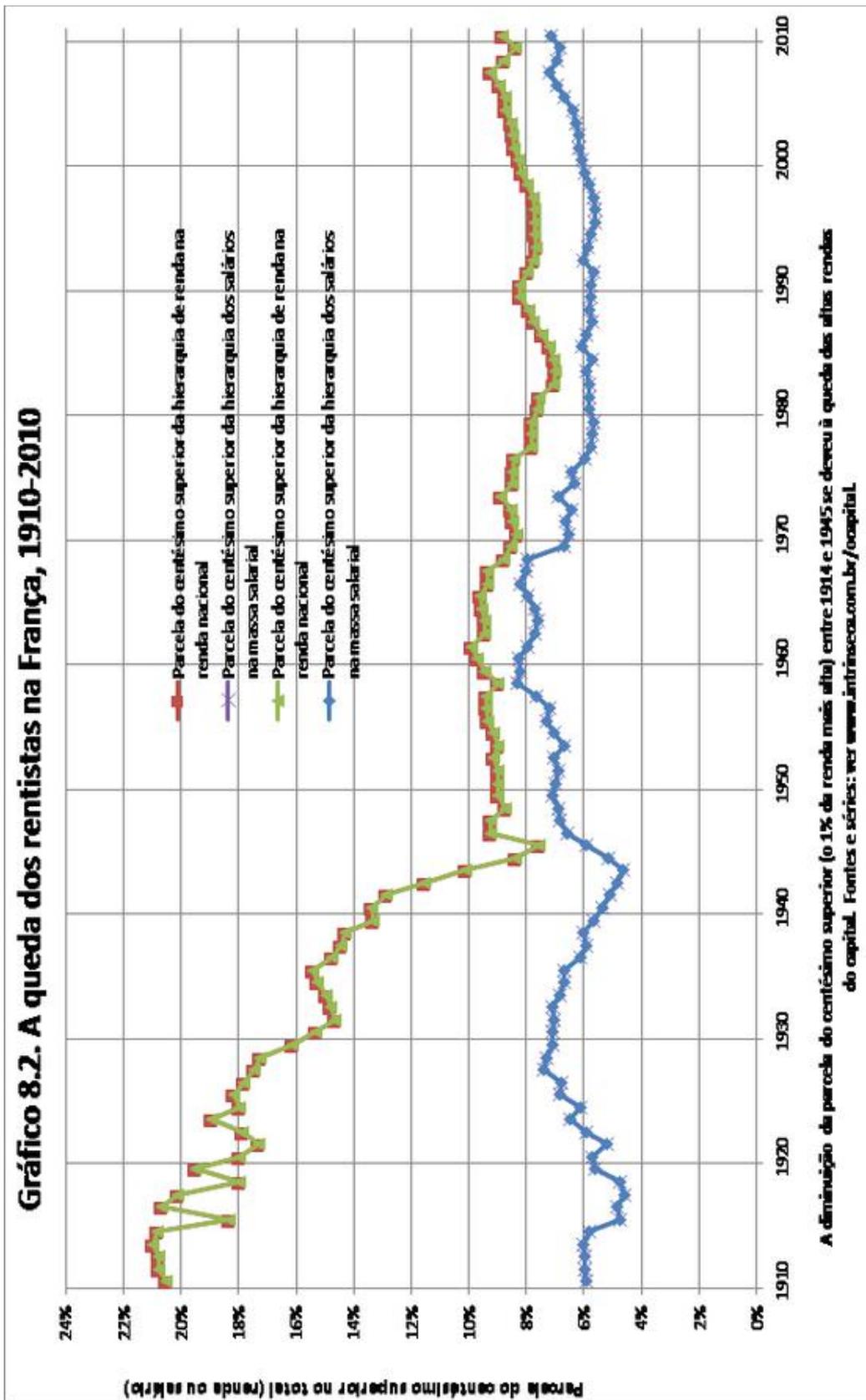


Figura 3 – O Capital no século XXI, Piketty, página 267; 2014.

Não fosse a queda das rendas do capital, a desigualdade da renda não teria diminuído no século XX. Sendo assim, a redução da desigualdade francesa no século XX foi em grande parte resultado da queda dos rentistas e do colapso das altas rendas do capital. Nenhum processo estrutural de diminuição generalizada da desigualdade teve papel relevante no longo prazo. Após afirmar isso, Piketty (2014) diz que com pequenas variações esse fenômeno é perceptível em todos os países desenvolvidos. Essa diminuição ocorreu em um período específico, os choques dos anos 1914-1945. O rendimento do décimo superior atingiu seu ponto mais baixo após a Segunda Guerra Mundial. A redução da desigualdade ao longo do século passado é definida por Piketty (2014) como um produto caótico das guerras e choques econômicos e políticos. O autor afirma que no século XX as guerras fizeram do passado uma “tábula rasa”, e não a racionalidade democrática e econômica.

As destruições ocasionadas pelos dois conflitos mundiais, as falências da crise dos anos 1930, as diversas políticas públicas desse período (controles de aluguéis, nacionalizações, eutanásia dos rentistas e dívida decorrente da inflação) reduziram significativamente a participação da renda do capital na renda nacional. Além disso, esses fatores propiciaram uma grande redução da relação capital/renda entre 1914/1945. O autor reafirma a relação do capital com esses condicionantes, porque o capital é extremamente concentrado, de modo que suas rendas são sempre sobre representadas no décimo superior da hierarquia de rendas (especificadamente no centésimo superior).

É uma característica do fenômeno da desigualdade social que as rendas provindas do trabalho desapareçam gradualmente à medida que se escalam os degraus da hierarquia. É uma realidade estrutural, pouco a pouco nos centésimos e milésimos superiores as rendas do capital começam a dominar. Mas atualmente, é necessário subir bem mais na hierarquia para que o capital se sobreponha ao trabalho. As rendas do capital são preponderantes em grupo restrito. São as 0,1% das rendas mais elevadas. Em 1932 esse grupo era maior, já na Belle Époque ele era dez vezes maior. Piketty (2014) afirma que dessa forma a França passou a ser uma sociedade de superexecutivos, assalariados muito bem remunerados.

Na França os rentistas passaram a ficar abaixo dos executivos. O autor atribui isso aos fatores que limitaram a concentração de patrimônios desde a Segunda Guerra Mundial e que impediram a reconstrução de uma sociedade de rentistas. A metade mais “pobre” do décimo superior é o mundo dos executivos. Os salários representam 80-90% do total de rendas. A participação dos salários diminuiu nos 4% seguintes, mas prevalece sobre a do capital. Encontramos no vasto grupo dos 9%, principalmente pessoas que vivem com altos salários. A longo prazo, a desigualdade salarial no mundo do trabalho em nada se alterou.

A participação das rendas do capital se tornaram as principais fontes no grupo dos 1% no mesmo país. A participação da renda do capital passa para cerca de 60% no nível dos dez milésimos superiores tanto em 1932 quanto em 2005. Isso é explicado pelas rendas financeiras, pois os patrimônios mais altos são formados, sobretudo, por esse tipo de renda. Essa diferença da composição da renda faz com que cada grupo seja afetado diferentemente por fenômenos específicos. Aqueles que têm suas rendas formadas principalmente pelo capital financeiro, por exemplo, diminuíram durante a crise de 1929. Já os 9% compostos por grandes executivos foram menos afetados pela crise.

A história da desigualdade na França no período 1945-2010 tem para Piketty (2014) três fases:

1. Forte aumento da desigualdade de 1945 até 1966-1967 (o décimo superior passou de 30% da renda nacional para 36-37%).
2. Redução de 1968 até 1982-1983; a parcela do décimo superior volta aos 30%.
3. Crescimento sistemático desde 1983; a parcela do décimo superior chega a 33% nos anos 2000-2010.

Segundo Piketty (2014), o fenômeno mais marcante nessa trajetória de longo prazo no século XX é a compressão da desigualdade entre 1914-1945 e sua relativa estabilidade posterior. Para o mesmo, a desigualdade tende a ser “procíclica” (evolui na mesma direção do ciclo econômico, ao contrário dos movimentos contracíclicos). Durante as fases de boom econômico, as participações do lucro crescem na renda nacional, e os altos salários aumentam mais rápido do que os salários baixos e médios. Já nas recessões ou desacelerações econômicas o oposto acontece.

Todavia, existem diversos tipos de fatores, principalmente políticos, que impedem que esses movimentos dependam exclusivamente do ciclo econômico. O clima político entre 1945-1967 é descrito como um foco na reconstrução, a prioridade não era diminuir as desigualdades, sobretudo pela sensação de que esta havia diminuído depois da guerra. Os salários de postos com alta qualificação cresceram mais rápido do que os baixos salários. O salário mínimo foi criado em 1950, mas não sofreu alterações e revalorizações, o que o distanciou do salário médio.

2.2.2 A realidade estadunidense

Após discutir o caso francês, Piketty passa debater o desdobramento da desigualdade social nos EUA. Para Piketty (2014), a originalidade deste caso está no surgimento de uma sociedade de superexecutivos nas últimas décadas. É emblemático analisar o que é exposto no gráfico a seguir:

Figura 4 – O Capital no século XXI, Piketty, página 284; 2014.



Os EUA se tornaram mais desiguais do que a França e toda a Europa ao longo do século XX e início do século XXI, enquanto o oposto era a realidade do século XX. A desigualdade estadunidense dos anos 2010 é tão forte quanto a da velha Europa de 1900-1910, porém sua estrutura é diferente. Nos anos 1900-1910 o décimo superior da hierarquia das rendas detinha pouco mais de 40% da renda nacional, contra 45-50% na França. A relação capital/renda era mais alta na Europa.

A participação do capital na renda nacional também era maior na Europa. Entrementes, a desigualdade da propriedade do capital era menos extrema no Novo Mundo. A quantidade de rentistas americanos era menor, eles eram também menos abastados do que seus pares europeus. Todavia, a desigualdade de rendas se

expandiu nos Estados Unidos nos anos 20 e teve seu ápice na crise de 1929. Nessa época, 50% da renda nacional era do décimo superior. O nível era mais elevado do que na Europa no mesmo período, mas a desigualdade estadunidense não era a europeia.

A importância dos ganhos de capital era o elemento fundamental nas altas rendas estadunidenses, principalmente durante a glória dos mercados de ações dos anos 1920. A crise de 30 foi particularmente violenta nos EUA, logo o impacto foi expressivo nos ganhos rentistas. Durante os esforços de participação do país na Segunda Guerra houve uma compressão da desigualdade. Os choques da guerra na economia estadunidense foram diferentes dos europeus. Eram relacionados a depressão econômica e às políticas fiscais adotadas pelo governo americano nos anos 1930-1940. Os EUA tinham indicadores de desigualdades em um pico mais baixo às vésperas da Primeira Guerra Mundial e após a Segunda Guerra Mundial possuíam um nível mais alto que o da Europa.

Já entre os anos 50 e 70, os EUA estavam em uma fase mais igualitária. O décimo superior da pirâmide das rendas tinha por volta de 30-35% da renda nacional. É necessário ressaltar que para Piketty (2014) essa igualdade era maior para quem era branco, ou seja, a desigualdade tem um fator de opressão e exploração racial. O boom da desigualdade volta para as terras estadunidenses nos anos 70-80. A parcela da renda nacional do décimo superior sobe desde esse período, com taxas nos anos 70 e 80 de 30-35% e nos anos 2000-2010 os índices subiram 15 pontos percentuais (mais especificadamente 45-50%). O autor traz a ressalva que esses índices podem ser maiores, é possível que passem os 50%. Essa possibilidade é factível, por conta da diferença entre o volume das rendas do capital registradas nas contas nacionais e o volume das observadas nas declarações de renda. Além disso, existe o fator do desenvolvimento dos paraísos fiscais.

A realidade dos mercados de ações disserta só sobre parte da alta estrutural do décimo superior ao longo dos últimos quarenta anos. A bolha da internet em 2000 e em 2007 representa cerca de cinco pontos percentuais da renda nacional para o décimo superior. Esse é um alto índice comparável ao de 1928. Entretanto, esse nível é insustentável. Esses ganhos do capital são movimentos de curto prazo voláteis. Segundo Piketty (2014), devido a essas características, eles não acrescentam à alta estrutura da desigualdade. Se o subtrairmos, ainda teremos uma grande elevação da parcela do décimo superior.

Dessa forma, Piketty (2014) tem uma importante conclusão; essa realidade demonstra que a crise financeira estadunidense não reverteria a elevação estrutural da desigualdade no país. Ainda que períodos de crise não sejam propícios aos ganhos gerados pelos investimentos em ações, esses movimentos de curto prazo não alteraram a tendência de longo prazo de aumento da desigualdade. A maior parte da alta resulta no aumento da participação do grupo de 1% na renda nacional.

Essa parcela aumentou de 9% nos anos 70 para 20% nos anos 2000-2010. O grupo dos 5% e 4% foi beneficiado por elevações substanciais. O conjunto dos 5% passou a deter 12% da renda nacional (a taxa anterior era de 11%), já os 4% passou de 13% a 16%. Isso traduz que esses grupos foram beneficiados por altas de renda mais expressivas que a taxa de crescimento médio da economia americana.

Após apresentar essa análise sobre a realidade estadunidense, Piketty (2014) faz a seguinte pergunta: Seria possível que a alta estrutural da desigualdade americana tivesse contribuído para a eclosão da crise de 2008? Para o autor não há dúvida de que o aumento da desigualdade contribuiu para a crise. A razão disto é que o aumento da desigualdade propiciou na estagnação do poder de compra das classes populares e médias. Disso resultou o endividamento crescente dessas famílias. E isso é reafirmado pelo crédito fácil e desregulamentação financeira dos bancos e instituições financeiras.

Essa tese é sustentada através do fato da amplitude da transferência de renda americana, que tem uma ordem de quinze pontos percentuais. Essa transferência ocorreu entre os 90% mais pobres e os 10% mais ricos desde 1970. Observa-se que de 1977 a 2007 os 10% mais ricos se apropriaram de três quartos do crescimento total da economia americana. Os 1% mais ricos absorveram cerca de 60% do crescimento total da renda nacional nesse período temporal. O que ocorreu foi um crescimento fraco com um aumento da desigualdade que propiciou uma quase estagnação das rendas baixas e médias. Por fim, Piketty (2014) conclui que esse não é um fator único e que pode ser atrelado a outros, como por exemplo a elevação estrutural da relação capital/renda acompanhada da grande expansão das posições financeiras brutas.

Na análise da distribuição de renda americana, Piketty mostra que também é preciso se chegar no topo da hierarquia de renda para se observar o predomínio do capital. Em 2007 era necessário chegar a 0,1% das rendas mais altas para que se chegue nas rendas provindas essencialmente pelo capital. É salientado que para se

chegar nesses números, foram incluídos os ganhos do capital nas rendas do capital. Sem esses ganhos, os salários apareceriam como a principal fonte de renda no nível do 0.01% das rendas mais altas.

A grande maioria dos 0.01% das rendas mais altas correspondem nos anos 2000 aos altos executivos. Nesse sentido, a desigualdade americana tem relação estreita com os adventos dos superexecutivos. 80% das rendas mais altas são expressas nos altos executivos das grandes empresas, sejam do setor financeiro ou não. Além disso, foram incluídos na pesquisa as gratificações dos altos executivos, valores do exercício de stock options.

2.3 Causas da desigualdade de renda do trabalho

Após apresentar essas informações, Piketty se propõe a debater as causas da desigualdade de renda do trabalho a partir do início do século XX na França e EUA. Ele faz uma reflexão teórica sobre a difusão da ideia de que isto é reflexo de uma disputa entre educação e tecnologia. São duas hipóteses que coadunam com essa perspectiva. A primeira é a de igualdade entre remuneração do assalariado e sua produtividade marginal. A segunda é que essa produtividade é determinada pela qualificação profissional e a oferta e demanda de qualificações.

Para o autor esses dois elementos se relacionam com múltiplas forças. Tecnologia e educação se expressam nesse fenômeno da seguinte maneira: se em uma sociedade tem poucos médicos, a formação é difícil e as tecnologias são pouco desenvolvidas a demanda será mais forte. Então é aí que surge uma disputa entre tecnologia e educação:

Se a oferta de qualificações não progride no mesmo ritmo que as necessidades tecnológicas, então os grupos cujas formações não progrediram o bastante acabarão com baixos salários e empregos desvalorizados, e a desigualdade do trabalho progredirá na mesma proporção (Piketty, pag. 297; 2014)

Seus dados, por exemplo na França, apontam que a democratização da educação não diminuiu a desigualdade de qualificações. A educação não diminuiu a desigualdade salarial. O motivo é que as pessoas que tinham um nível de escolaridade determinado, nível médio e superior, entraram no estrato de nível superior e pós-graduação. Ou seja, não há homogeneização. Contudo, se isso não tivesse acontecido a desigualdade seria maior.

A situação americana não nega essas linhas gerais, mas tem especificidades. A evolução da quantidade de diplomas e a diferença salarial entre pessoas com

ensino médio e superior têm curvas que evoluem inversamente. A distância salarial aumentou a partir dos anos 70, a partir desse período o número de diplomas de graduação começaram também a diminuir. Na interpretação de Piketty (2014) o motivo é que os Estados Unidos não investiram o suficiente no ensino superior. A formação estadunidense é muito cara e esse custo é repassado para a sociedade civil.

Para mudar esse quadro seria, de acordo com Piketty (2014), necessário aumentar o acesso as universidades e aumentar a produtividade média da mão de obra. Essas seriam saídas tanto para o caso americano quanto para o francês. Essa percepção é bastante controversa. Se a compararmos com as leis gerais da acumulação capitalista, percebemos que as contradições são mais profundas. A formação profissional é determinante para a condição salarial? Obviamente é. Entretanto, a formação educacional de maneira universalizada acabaria com as desigualdades estruturais do capitalismo? Não. Mas antes temos que considerar que a produção científica desse autor não tem esse objetivo.

A lógica salarial a partir da lei geral da acumulação capitalista nos traz questões importantes. Marx indica que a divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. No capitalismo a divisão do trabalho social é marcada pela separação do trabalho individual e manual. É um processo de alienação, pois o trabalhador não é dono dos meios de produção (logo não é dono do fruto do seu trabalho), o trabalho é desmontado e o próprio trabalhador é propriedade do capital. A alienação é definida pelo trabalhador não ter controle sobre todo o processo produtivo.

A divisão para Marx é hierarquizada. No topo está o trabalho técnico que organiza o trabalho dos operários. Os operários concretizam a mercadoria. A troca é desigual por conta da desapropriação factual dos trabalhadores. A divisão do trabalho nos moldes capitalistas é norteadada para um único sentido: o lucro burguês. A noção de busca intensa do lucro e individualismo são estruturantes na sociedade capitalista, é a própria moral da sociedade.

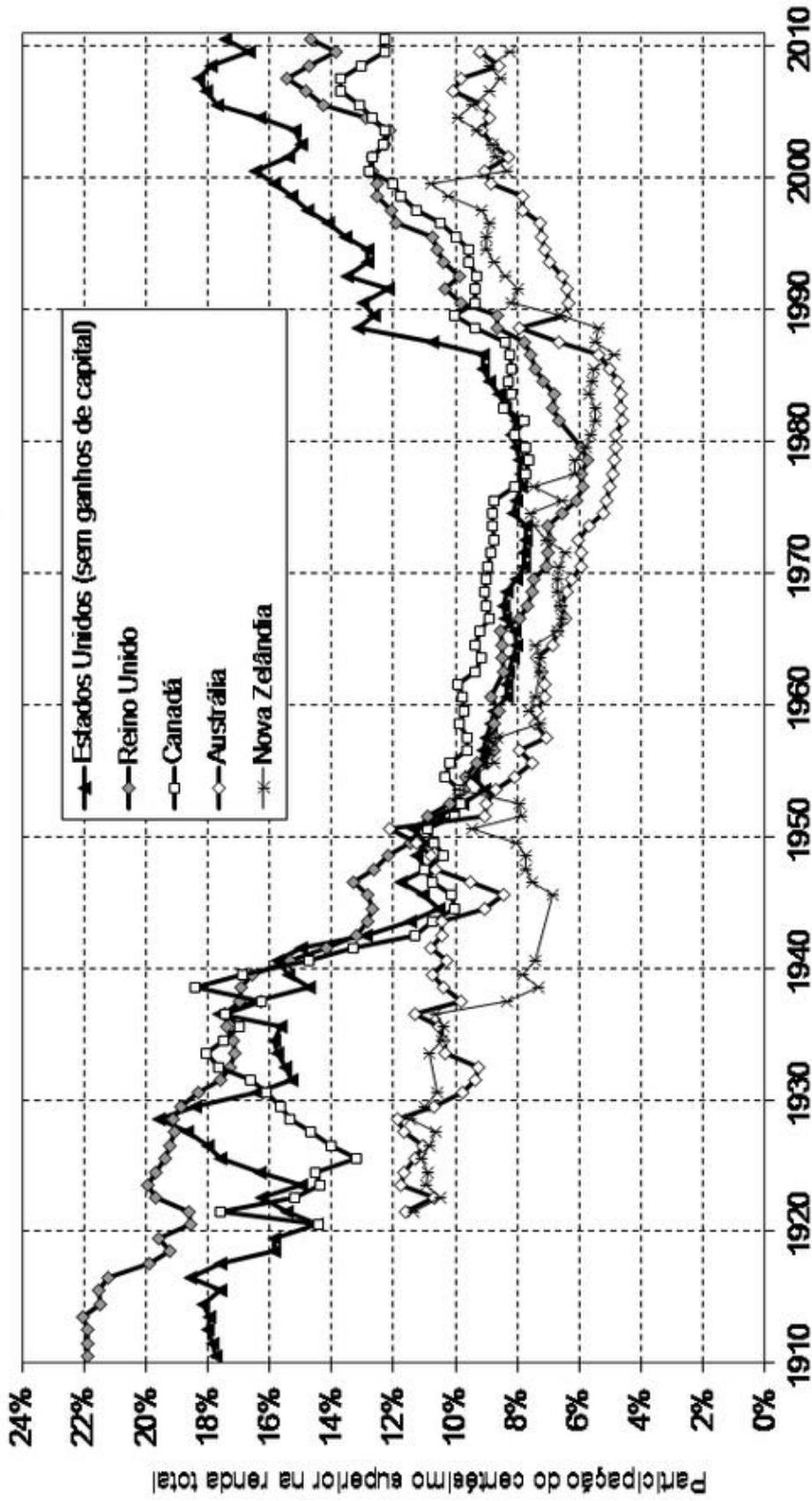
Podemos então interpretar que essa divisão do trabalho é respaldada nas diferenças salariais e logo, na diferença da formação profissional. Ou seja, a universalização de profissões de nível superior é ainda para a atualidade uma utopia. Avanços tecnológicos seriam determinantes, porém mais do que isso, a superação desse modo de produção é essencial. É assim, porque esse modelo de divisão do trabalho é lucrativo para o sistema e a desigualdade de formação profissional é estruturante na divisão do trabalho.

A desigualdade intraclasse é importante para atomizar as lutas de classes e transformá-las em meras lutas sindicais. Além disso, ela cria relações de poder. O que faz um funcionário de formação menos qualificado se submeter a um com mais formação tem relação com os poderes organizacionais do mundo do trabalho e a essa diferença salarial. A diferença salarial é medida também pela correlação de forças entre as classes, é a disputa por melhores condições e remunerações. Nisso, as instituições cumprem um papel importante. Agora ressaltamos, que essa análise que fazemos parte de princípios teóricos diferentes do de Piketty. Porém, essa crítica que apresentamos a ela é real, quer que se entenda a realidade a partir das diferenças de classe ou de renda.

As ações neoliberais, por exemplo nos países anglo saxões na década de 1970-1980 também aumentaram mais ainda as diferenças salarias. A queda do imposto sobre as altas rendas ocasionou a um intenso aumento das altas remunerações. E isso, segundo Piketty (2014), faz crescer a influência política desses grupos, principalmente no que tange ao financiamento de instituições políticas nas mais diversas áreas. Essa tendência pode ser vista no gráfico a seguir que mostra a evolução das altas rendas nos países anglo-saxões:

Figura 5 (O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 398, 2014).

Gráfico S9.4. A desigualdade da renda nos países anglo-saxões, 1910-2010



A participação do centésimo superior na renda nacional aumentou desde os anos 1970 em todos os países anglo-saxões, mas com amplitudes diferentes. Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital.

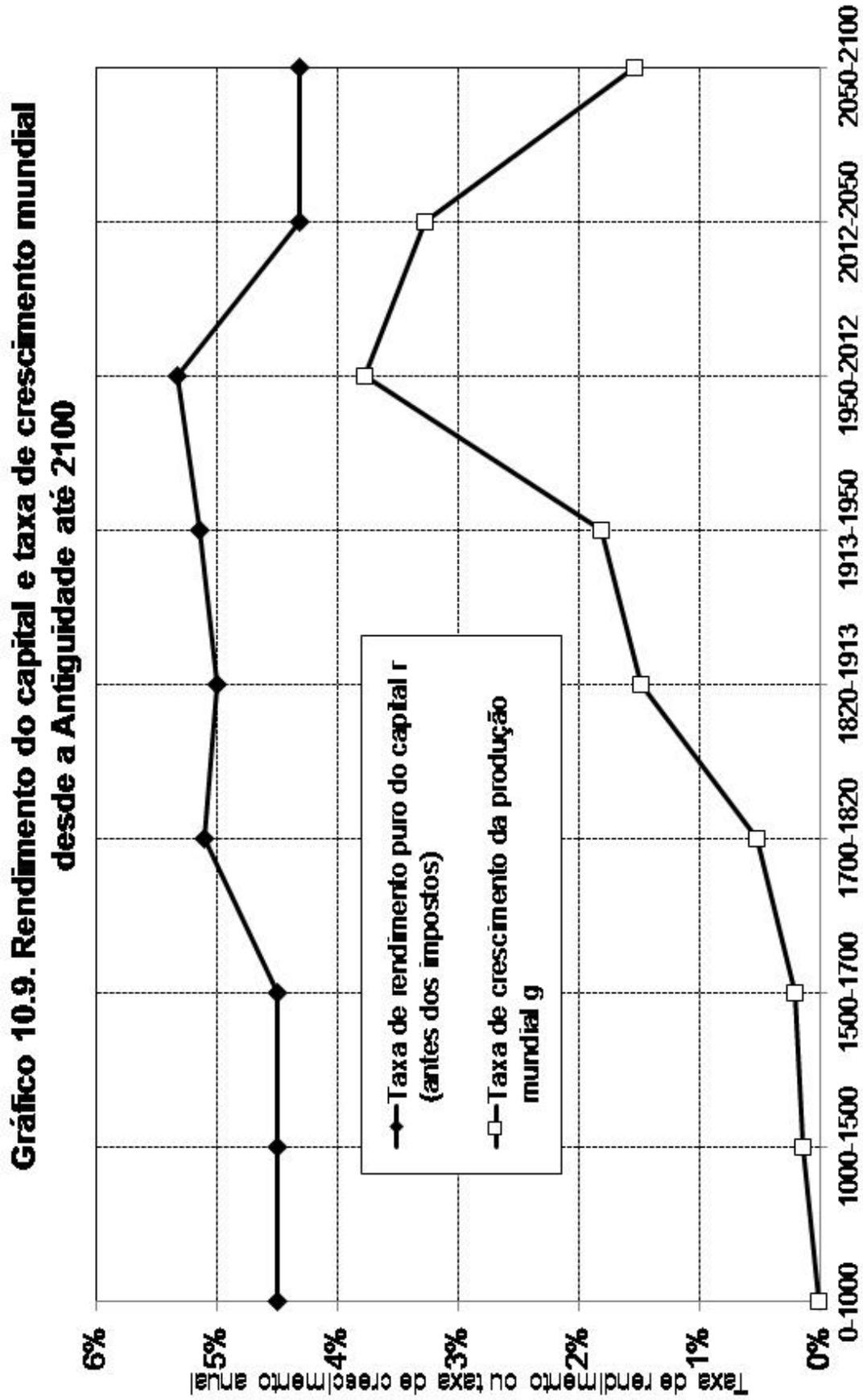
2.4 Desigualdade de capital

Ao realizar sua pesquisa com base nas análises de renda, Piketty aponta algumas tendências para a desigualdade de acumulo de capital. Essas tendências são que a natureza do regime político não tem grande impacto para a distribuição de riqueza; as sociedades europeias da Belle Époque tinham uma concentração de riqueza elevada; a globalização financeira não facilita a distribuição e mensuração da riqueza nacional; a desigualdade de capital no século atual deve ser considerada cada vez mais em uma esfera mundial; e a desigualdade de capital tem um índice de 60%-65% para o décimo superior.

Analiticamente, o autor afirma que a desigualdade de capital aumenta quando se tem um baixo crescimento e uma taxa de rendimento do capital superior a taxa de crescimento. Um exemplo é a relação entre a taxa de crescimento dos séculos XVIII e XIX de 0,5%-1% ao ano e a taxa de rendimento do capital que costumava ser de 4-5%. Isso representa uma sociedade na qual os patrimônios passados se recapitalizavam mais rápido do que o crescimento da economia. Tal fato gerava uma taxa de acúmulo de capital de praticamente 90% para o décimo superior.

Visto isso, vamos agora para uma tendência histórica de importante impacto. Para Piketty (2014), a taxa de crescimento do capital sempre foi ao menos dez ou vinte vezes superior à taxa de crescimento da produção e da renda. Isso é o fundamento da sociedade e permitiu, segundo o próprio, que uma classe de proprietários não se dedique somente a subsistência. Isso pode ser observado no gráfico a seguir:

Figura 6 – (O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 451; 2014)



A taxa de rendimento do capital (antes dos impostos) sempre foi superior à taxa de crescimento mundial, mas a distância entre elas diminuiu no século XX e pode aumentar novamente no século XXI.

Fontes e séries: ver www.ininseca.com.br/ocapital

2.5 Salário & Lucro x Taxa de crescimento da economia & Taxa de crescimento do Capital

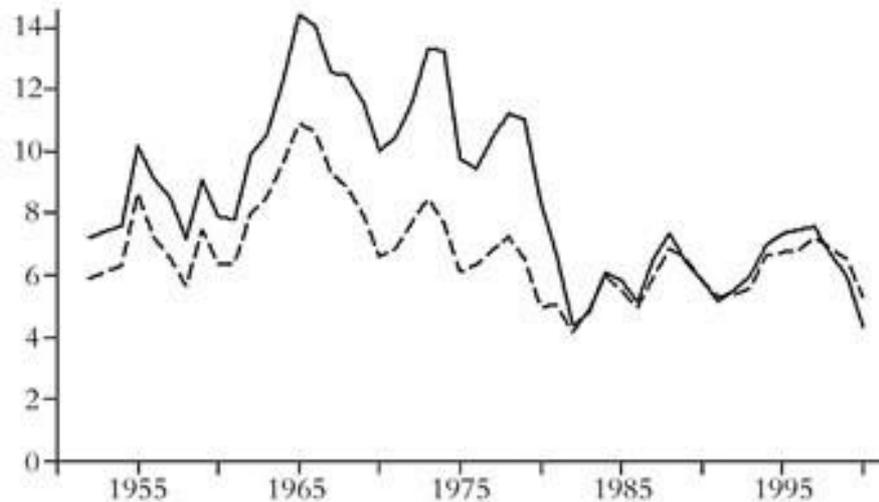
A afirmação de Piketty (2014) de que a taxa de crescimento do capital sempre foi maior que a taxa de crescimento da economia nos apresenta questões e inquietações importantes. Como isso pode ser relacionado com a perspectiva de Marx sobre a relação entre o lucro e os salários na economia capitalista? Marx (1996) afirma que os capitalistas têm o objetivo principal de aumentar seus lucros. Por sua vez, esse crescimento depende da taxa da intensidade da exploração.

O capital na visão do filósofo socialista é formado pela composição técnica, orgânica e de valor. A composição técnica é a capacidade física dos trabalhadores de transformar o valor de uso em mercadoria. A composição orgânica é a razão valor, são mudanças na composição de valor que advêm de mudanças físicas na produtividade. Já a composição valor é a razão entre o valor dos meios de produção consumidos na produção e o valor do capital variável adiantado (Harvey, David; 2013).

Essa tendência é entendida melhor no movimento do processo produtivo, através da jornada de trabalho. Por sua vez, vamos nos centralizar em realizar um debate da tendência apontada por Piketty com a perspectiva de Chris Herman sobre a taxa de lucro no mundo atual. Herman (2007) indica que a centralização e concentração do capital (definido por Marx) é o processo no qual alguns capitalistas desempenham um papel preponderante em certas partes do sistema. É assim que capitalistas crescem sobre outros capitalistas.

Herman (2007) aponta para uma não estabilidade das taxas de lucro. Ele diz que as mesmas caíram desde os anos 60 até o início da década de 80. Nos anos 70 é explicado que o momento de queda do lucro não foi definido pela baixa dos salários, que entraram em tendência de declínio nos EUA e só voltaram a aumentar na década de 90. Elas variaram entre os anos 80 e 90 com momentos de alta e queda. O autor afirma que a proporção salário e lucro é determinante na redução das taxas de lucro. Isso pode ser analisado no gráfico a seguir que mostra a taxa de lucro nos EUA:

Figura 7 – Taxas de lucro nos Estados Unidos, considerando (–) e desconsiderando (-) o impacto dos vínculos financeiros (Herman, 2007)



As taxas de lucros se recuperam para o autor por conta do aumento da exploração. A taxa de mais-valia teria aumentado de 1,71 (1975) para 2,22 em 1987. Para Marx, a produção nacional é variável, isso ocorre por conta das determinantes não fixas como flutuações das populações, mudanças na acumulação do capital e nas forças produtivas do trabalho. O aumento da taxa de salários não significa alteração imediata do volume de produção. Esse aumento salarial não altera também a condição de variação da produção nacional.

Marx entende que o valor das mercadorias é determinado por algo comum a todas as mercadorias e isso seria o trabalho social. É a parte que forma a soma global de trabalho, e é determinado a divisão do trabalho. As mercadorias podem ser vistas pela medida de trabalho que possuem. O trabalho é medido pelo tempo, as diversas mercadorias são reduzidas ao tempo de trabalho necessário médio em uma sociedade. Valores relativos ao ouro ou ao trigo não são definidos pelos valores que operários agrícolas e mineiros recebem.

É evidente que os salários não podem ser maiores que os valores das mercadorias produzidas pelos trabalhadores. Os salários são limitados por valores produtos, mas os valores dos produtos não são limitados pelos salários. O valor das mercadorias é determinado por outras variáveis (transferência de valor propiciado pelas máquinas, quantidade de trabalho nas matérias primas).

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor da sua conservação. Ele é diferente do valor de funcionamento da força de trabalho no processo produtivo. A medida de trabalho que limita o valor da força de trabalho não limita a quantidade de força na execução do trabalho. Pagar o valor diário referente a 6 horas de trabalho não acaba com a capacidade de trabalhar 10 ou 12 horas diárias.

A taxa de mais valia, que origina o lucro, depende da jornada de trabalho para reproduzir a força de trabalho e o sobretempo que é dado para o capitalista. No capitalismo, o tempo referente ao trabalho necessário para reprodução sempre tende a cair, enquanto o tempo do trabalho excedente toma a maior parte do tempo de uso da força de trabalho, é daí que o lucro vem. Isso quer dizer que o trabalhador sempre trabalha menos para si e mais para o capital. O desenvolvimento tecnológico contribui para isso, pois diminui o tempo de trabalho socialmente necessário e intensifica o trabalho.

O crescimento da economia não é o crescimento da taxa de rendimento do capital. A taxa de rendimento do capital é uma variável independente da taxa de crescimento da economia. É assim, pois quando a taxa de crescimento da economia diminui, não necessariamente a taxa de rendimento do capital diminui.

O rendimento do capital é em essência a riqueza produzida pela sociedade e apropriada pela burguesia. Logo, também não tem a ver com a distribuição de riqueza. A história moderna é a história da ascensão da propriedade privada, é a história de subserviência da vida humana a um tipo de organização social que só objetiva o lucro. A vida humana está totalmente voltada para isso. As escolhas políticas do século XX não conseguiram transformar de fato essa realidade estruturalmente. O fenômeno da taxa de rendimento do capital sempre ter sido maior do que a taxa de crescimento reafirma a teoria de Marx como relevante para a contemporaneidade. No capítulo a seguir debateremos as políticas que visam regular o capital no século XXI.

3. A utopia de regular o capital

3.1 Análise de Conjuntura sobre o capital monopolista

A dinâmica da economia apresentada por Piketty (2014) gera, segundo o próprio, um cenário de uma tendência de alta da participação dos grandes patrimônios privados na riqueza total. O autor também aponta para uma conjuntura de desigualdade do rendimento do capital em função do tamanho do capital inicial. É

a constituição de uma sociedade patrimonialista (centralidade da herança na constituição da riqueza).

O pilar principal desse cenário é que a taxa de rendimento do capital sendo mais alta que a taxa de crescimento da economia faz com que os patrimônios passados predominem sobre os patrimônios presentes. Ou seja, a prometida ideia de mobilidade social iluminista baseada na meritocracia se desfaz. Essa lei econômica de Piketty e as tendências conjunturais apontadas por ele reificam a teoria do estágio monopolista do capital, ainda que tenha pressupostos analíticos diferentes.

Para Netto (2009), o capitalismo no final do século XIX passou por um processo de substituição da sua característica concorrencial para uma monopolista. É o período do imperialismo clássico que vai até 1940. Essa teoria afirma que esse estágio do capital potencializa as contradições fundamentais do capital (exploração, alienação e transitoriedade histórica). Essa fase não é um problema do sistema, mas é a sua fase mais madura. O capital monopolista obedece a um objetivo primário de aumento dos lucros por meio do controle dos mercados.

Netto (2009) afirma que o capital monopolista é um cenário caracterizado pelos fenômenos de aumento dos preços das mercadorias e serviços de maneira progressiva. Também faz parte de caracterização de Netto que as taxas de lucros são mais altas nos setores monopolizados e a existência de aumento da taxa de acumulação (o que acentuaria a tendência descendente de lucro e subconsumo). Além disso, os investimentos são concentrados nas áreas de maior concorrência (já que se torna mais difícil investir no setor monopolizado). Por fim, Netto também aponta para uma tendência de contenção do uso de trabalho vivo com a introdução de novas tecnologias, de hipertrofia do sistema de distribuição e aumento do custo de vida.

É parte disso também a supercapitalização; a quantidade total de capital excede as condições imediatas de valorização, pois a concentração do monopólio dificulta o espaço de dinamismo. Essas dificuldades foram, segundo Netto (2009), contornadas pela emergência da indústria bélica, migração dos capitais em excesso por cima das regulamentações estatais e nacionais e a queima dos excedentes em atividades que não geram valor.

Outro fenômeno importante é o parasitismo instaurado em razão do monopólio. Ele desenvolve a oligarquia financeira e a multiplicação de atividades improdutivas que em extensão conservam ou legitimam o monopólio. Os dados de

Piketty, mais uma vez só legitimam o pensamento marxista contemporâneo. Existem diferenças estruturantes entre as análises conjunturais feitas por Piketty e Netto. Outra diferença é que Piketty utiliza-se de dados inéditos que ilustram a realidade, porém podemos relacionar e comparar algumas conclusões desses dois autores.

A ideia do parasitismo, por exemplo é exemplificada por Piketty (2014) no debate sobre o acúmulo de fortunas entre herdeiros e empreendedores. Ao analisar o ranking das fortunas, o pesquisado francês diz que a dinâmica da riqueza é seguir um ritmo sustentado apenas por conta do seu tamanho. Aqui acrescentaríamos o monopólio do capital. Piketty exemplifica isso, por exemplo no acúmulo da fortuna de Bill Gates que de 1990 a 2010 que aumentou mais de dez vezes; assim como o de Liliane Bettencourt (herdeira da L'Oréal). Em contrapartida, o líder empresarial; considerado por muitos o símbolo do empreendedorismo no século XXI, Steve Jobs, tinha uma fortuna estimada em ser seis vezes menor do que a do fundador da Microsoft e três vezes menor do que a da herdeira da L'Oréal.

Portanto, a fortuna não é somente uma questão de mérito, mas uma questão também de patrimônio herdado. Já a questão da indústria bélica é mais um encontro entre os pensadores. No século XX as guerras foram propulsoras de dinamismo ao capital. Foi assim na Segunda Guerra Mundial. O dinamismo gerado pelas guerras, citado anteriormente, foi um processo de destruição e renovação das forças produtivas, de geração de novos ciclos econômicos.

Piketty (2014) afirma que o capitalismo de reconstrução pós-guerra é uma etapa transitória, mas que foi um condicionante para o dinamismo econômico no início da segunda metade do século XX. As guerras levaram, segundo ao autor, ao fenômeno de rejuvenescimento dos patrimônios. Vejamos o gráfico e a tabela a seguir:

Figura 8 – (O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 499, 2014)

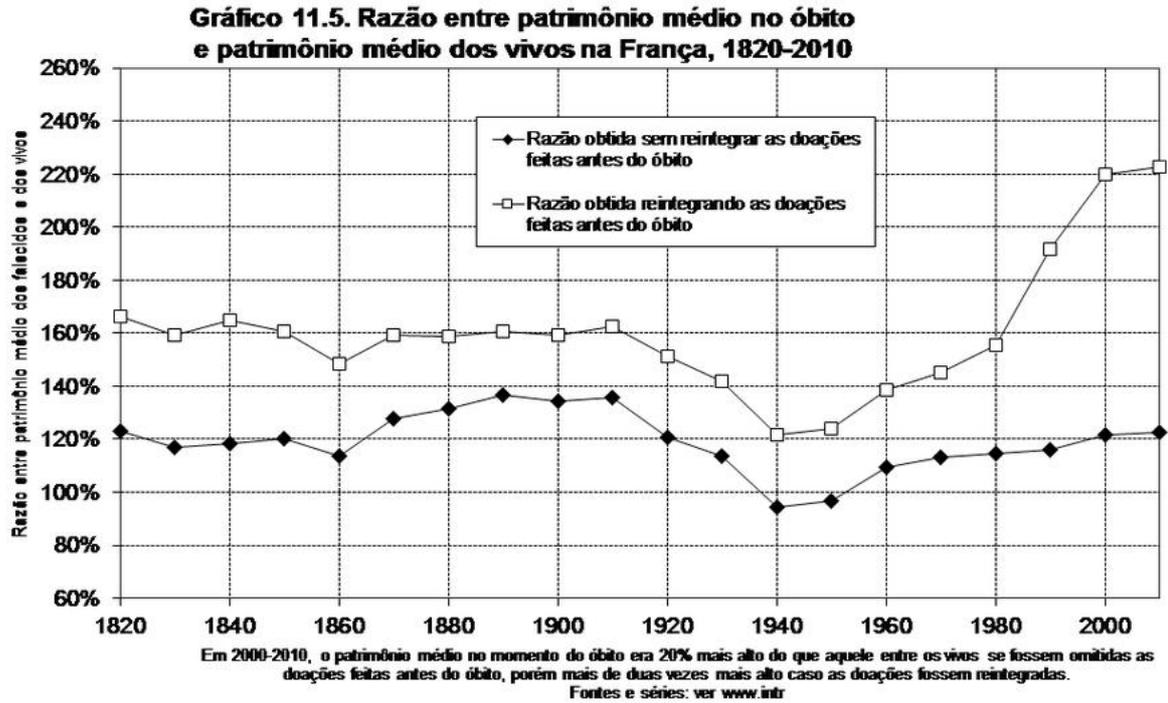


Figura 9 – (O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 502; 2014)

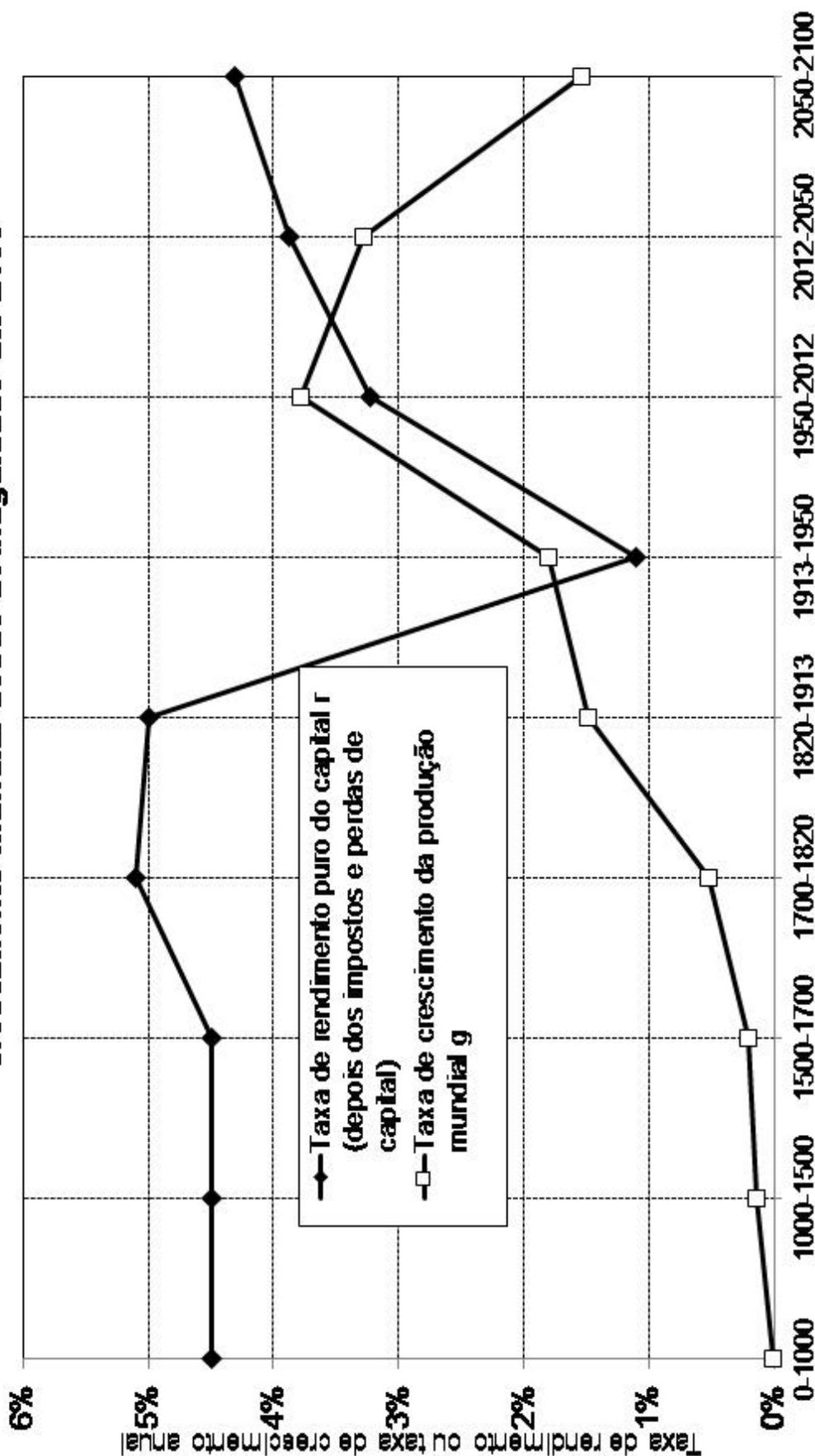
Tabela 11.1. Perfil do patrimônio em função da idade na França, 1820-2010

Patrimônio médio por grupo de idade (em % do patrimônio médio entre 50-59 anos)	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos	70-79 anos	80 anos e mais
1820	29%	37%	47%	100%	134%	148%	153%
1850	28%	37%	52%	100%	128%	144%	142%
1880	30%	39%	61%	100%	148%	166%	220%
1902	26%	57%	65%	100%	172%	176%	238%
1912	23%	54%	72%	100%	158%	178%	257%
1931	22%	59%	77%	100%	123%	137%	143%
1947	23%	52%	77%	100%	99%	76%	62%
1960	28%	52%	74%	100%	110%	101%	87%
1984	19%	55%	83%	100%	118%	113%	105%
2000	19%	46%	66%	100%	122%	121%	118%
2010	25%	42%	74%	100%	111%	106%	134%

Em 1820, o patrimônio médio das pessoas com idade entre sessenta e 69 anos era 34% mais alto que o das pessoas entre cinquenta e 59 anos, e o dos indivíduos com mais de oitenta anos era 53% mais alto do que o das pessoas entre cinquenta e 59 anos. Fontes: ver www.intrinseca.com.br/ocapital.

No período da/pós-guerra o patrimônio médio no óbito foi inferior ao dos vivos. Isso foi algo único na história. Antes da guerra as pessoas mais velhas eram mais ricas. Os patrimônios foram influenciados por destruições, inflações, falências, expropriações e a própria regulamentação estatal. O que nos choca é que mesmo o período de ascenso do Estado de Bem-Estar Social, o nível de desigualdade teve os seus índices mais baixos durante a guerra e depois dela, e por qual motivo isso aconteceu? Justamente, porque o patrimônio foi destruído e pela forte ação estatal. Isso é expresso no gráfico a seguir:

Gráfico 10.10. Rendimento do capital (depois dos impostos) e taxa de crescimento mundial desde a Antiguidade até 2100



A taxa de rendimento do capital (depois dos impostos e perdas de capital) caiu abaixo do crescimento no século XX e pode voltar a ultrapassá-lo no século XXI.

Fontes e séries: ver www.iminiseca.com.br/ocapital

Figura 10 - (O Capital no século XXI, Piketty, versão PDF página 454; 2014)

Antes da Primeira Guerra, os impostos eram praticamente nulos sobre o grande capital. A partir desse conflito, os impostos alcançaram níveis significativos sobre a taxa de rendimento do capital. É claro que isso não aconteceu de maneira espontânea, foi fruto da própria luta de classes e da necessidade do financiamento estatal. Esse financiamento tem implícitas relações com a guerra, pois o estado precisava de mais recursos para o conflito, não para um fim do interesse público, mas pelo próprio interesse do capital. Afinal de contas, a guerra foi gerada por conflitos imperialistas, a entrada das forças armadas nacionais são expressões desse próprio conflito.

Netto (2009) afirma que a necessidade de intervenção do Estado é fruto da demanda do capitalismo por um condicionante extra-econômico para assegurar seus objetivos econômicos. Vamos além disso, o estado é utilizado pelo capitalismo para outros fins que têm relações com a estrutura econômica, como por exemplo culturais. Afinal de contas, o sistema capitalista não é só um modo de produção, mas supõe também um modo de pensar.

O autor brasileiro enumera as funções econômicas do Estado durante a fase monopolista. Segundo Netto (2009) elas são extensas. O Estado se insere nessa fase do capital monopolista em atividades básicas não rentáveis, assume empresas em dificuldades e cede ao monopólio complexos levantados com o fundo público, fornece subsídios aos monopólios e garante sem por menores o lucro dessas forças. É uma integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais.

3.2 O programa de Piketty para o enfrentamento da desigualdade no século XXI

Para Piketty (2014) as sociedades democráticas são fundadas nos princípios meritocráticos. Ele entende que isso alimenta a crença de construção de uma sociedade na qual as desigualdades sejam fundadas mais no mérito do trabalho, do que a sorte de nascer em uma família abastada. E isso tem um papel central frente a visão de igualdade dos direitos do cidadão. Entretanto, essas ideias iluministas iriam exigir instituições específicas que não apenas as de mercado. Essa instituição teria por função voltar a trazer dinamismo para a economia, enfrentando a realidade patrimonial.

Para o enfrentamento da desigualdade seria necessário um imposto progressivo e global sobre o capital. Esse imposto seria um instrumento para enfrentar os desafios do século XXI e se complementaria com um imposto sobre as rendas mais elevadas. Piketty (2014) propõe que sejam inventados novos instrumentos que retomem o controle do capitalismo financeiro. Para o autor, o Estado que pode enfrentar o fenômeno da desigualdade social é o Estado Social.

Ele defende veementemente o sistema de aposentadorias públicas, educação pública e saúde pública. Ele admite que o desenvolvimento do Estado fiscal no século XX, corresponde a essência da formação do Estado social. Dessa maneira, o projeto neoliberal de desregulamentação financeira e diminuição dos impostos sobre as altas rendas e os rendimentos do capital não coadunam com o financiamento desse Estado.

A redistribuição moderna para Piketty (2014) seria formada por uma concatenação de direitos pactuados pelo princípio da igualdade de acesso a um número de bens fundamentais. Ele aponta como uma contradição o princípio da igualdade de direitos propiciados pelas Revoluções americana e francesa. É isto, porque os regimes que se originaram desses movimentos se concentraram mais na proteção da propriedade privada do que na efetivação dos direitos.

Desta forma, seria necessário modernizar o Estado social, e não desenvolver o processo de precarização do mesmo. Isso seria possível por meio de formas inovadoras de governança, descentralizadas e participativas. O imposto progressivo seria essencial para o financiamento e significaria um compromisso entre justiça e liberdade individual. Piketty admite estar propondo um programa social democrata e fiscal-liberal reatualizado. Se o liberalismo tem como sua reatualização o neoliberalismo, então o que o autor francês propõe é um programa neo-social democrata. É a antítese do sistema neoliberal no que tange a defesa de um Estado Social. Entretanto, é a sua defesa no campo econômico no viés de defesa de um mercado global de livre circulação de capitais. O objetivo é controlar o capitalismo financeiro globalizado, criar bases para a sua extensão e sustentabilidade.

O imposto mundial é para o autor uma utopia útil. É isso porque mesmo que não se torne realidade, ele seria um ponto de referência para avaliar soluções alternativas. A partir daí, ele começa a trabalhar com tipos ideais que são o imposto ideal e a regulamentação ideal. Piketty (2014) afirma que já existem protoformas do imposto ideal no projeto de transmissão automática sobre as informações das contas bancárias entre os EUA e a UE. O ponto de partida também seria os impostos sobre o capital já existentes.

O principal papel do imposto sobre o capital seria regular o capitalismo. Ele iria permitir gerar conhecimento sobre os patrimônios e fortunas, identificar os donos

desses montantes. Por isso, o que é formulado é uma taxa de registro do capital, na casa de 0,1%. O registro do mesmo faria nascer normas, redefiniria as regras de valorização. Ele não defende um embargo, mas vê que os acordos de livre comércio do século XX foram positivos. O problema foi não definir impostos e demais formas de controle sobre esse fenômeno.

Esse imposto teria duas lógicas, uma de contribuição e outra de incentivo. A de contribuição criaria a possibilidade de definir o que seria essas rendas elevadas. Já a do incentivo é que esse imposto poderia incentivar aos donos desses patrimônios a obter melhores rendimentos. Essa hipótese é trabalhada pela perspectiva de que o imposto obrigaria os detentores que fazem mau uso do patrimônio aos poucos se desfazer dele (por conta do pagamento dos impostos), dessa maneira eles teriam que ceder seus ativos a detentores mais dinâmicos.

Toda essa elaboração do autor é para dar conta do fenômeno que a taxa de rendimento do capital “r” pode ser forte e continuamente mais elevada que a taxa de elevação da renda e da produção “g”. Essa desigualdade cria um cenário de inevitavelmente ser um rentista que domine somente aqueles que sobrevivem da força de trabalho. Ele afirma que para a democracia voltar a controlar o capitalismo é necessário que a democracia sempre se reinvente como o capital se reinventa.

Todavia, Piketty admite que (2014) essa tendência $r > g$ é expressão de um mercado de capital perfeito em essência. Portanto, a questão que deve ser ressaltada é que se isso é um fenômeno de um capital puro e perfeito, por qual motivo a ordem burguesa iria controlá-lo ao invés de adotar mecanismos de desregulamentação neoliberais para aprofundar esse fenômeno? O autor acredita que isso é possível a partir da ideia de conciliação de classes, por meio da justiça social (John Rawls) e da premissa de fim da história depois da queda do socialismo. Piketty também utilizou o método Weberiano para montar seu programa. Mais especificadamente os tipos de ideias para construir seu programa. A seguir analisaremos cada uma dessas argumentações que sustentam o pensamento de Piketty.

3.3 As bases do programa neo-social democrático de Piketty

3.3.1 O Estado social

As origens da política social para Behring & Boschetti (2011) não podem ser definidas em um período específico. Todavia, as autoras consideram que é comum relacionar essas origens aos movimentos de massa social democratas durante o estabelecimento do capitalismo monopolista após a Segunda Guerra Mundial. As autoras admitem que antes disso existiam protoformas de políticas sociais. Eram

ações pontuais nas quais eram assumidas algumas responsabilidades sociais para o fim de manutenção da ordem social e punição da “vagabundagem”.

Para Behring & Boschetti (2011) as políticas sociais do pós-guerra (1945) tinham um cunho de reformas sociais exemplificadas em uma relação de continuidade do Estado liberal e do Estado social. Não havia polarização entre esses dois, bem como ruptura radical entre o Estado liberal do século XIX e o Estado social do século XX. O que ocorreu foi a incorporação de políticas social democratas num novo contexto da luta de classes. Foi assumido um caráter mais social com investimentos em políticas sociais. As autoras afirmam a ocorrência de uma linha evolutiva entre essas duas formas de Estado, tendo o ponto em comum de reconhecer direitos sem negar os fundamentos do capitalismo.

A mobilização da classe trabalhadora fundamentada na luta pela emancipação humana, socialização da riqueza e fundação de uma sociabilidade não capitalista foram fundamentais para esse processo. Essa classe específica conseguiu assegurar direitos políticos. Ela não conseguiu construir uma nova ordem social, mas contribuiu para ampliação de direitos (Behring & Boschetti, 2011).

É de destaque nesse processo o enfraquecimento das bases materiais e imateriais da argumentação liberal no início do século XX. Para Behring & Boschetti (2011) esse fenômeno foi principalmente resultante do crescimento do movimento operário no cenário político (sua respectiva entrada no parlamento e a vitória do movimento socialista na Rússia em 1917). Também foi determinante nesse processo a concentração e a monopolização do capital.

Esse último ponto foi importante para a derrubada do ideal liberal do indivíduo empreendedor norteado por sentimentos morais. É o processo de construção do capital monopolista já debatido aqui. Behring & Boschetti (2011) dissertam que a concorrência extrapolou as fronteiras dos Estados nacionais e se transformou no confronto armado das duas guerras mundiais. Na concepção das autoras, a crise de 1929-30 influenciou as elites a novos caminhos teóricos que reconheciam os limites do livre mercado. É a teoria de que o *laissez-faire* deixaria as elites expostas aos movimentos naturais do mercado (a crise). A legitimidade do capitalismo frente a grande depressão é posta em cheque, diante do terrível fenômeno desencadeado pela crise, e o sistema econômico entrava em colapso.

A crise de 1929 é descrita por Behring & Boschetti (2011) a partir da interpretação de Mandel. Para o autor, o período de expansão do capital é determinado pela elevação da composição orgânica do capital (valor dos meios de

produção e da força de trabalho), aumento da taxa de mais-valia e possibilidade de baixa dos preços das matérias primas. Essa conjuntura tem, por sua vez, obstáculos.

Esses desafios são a redução do exército industrial de reserva e o aumento da luta do movimento operário (o que baixa a taxa de mais-valia). Ocorre também uma extensão da revolução tecnológica (base do ciclo de expansão), diminuindo os superlucros extraídos do diferencial de produtividade do trabalho. Nesse contexto, emerge a queda tendencial da taxa de lucros em relação ao conjunto do capital social. Emprego e produtividade se estagnam, portanto a indústria fica ociosa.

É configurada no desenvolver desse processo a superabundância de capitais, escassez de lucros, desemprego generalizado, queda de consumo, inviabilizando a realização da mais-valia. Esse processo é um todo, cada elemento se conecta com outro, não são etapas, mas a composição de um ciclo. As soluções para a superação da crise, visam reativar a realização da mais-valia, ou seja, o consumo. Diante disso, a burguesia se torna menos inflexível as leis que fundamentam a sociedade capitalista.

O fascismo deu um folego ao período de expansão que veio a seguir, mas não se sustentou devido a tensão propiciada pelos métodos de extração de mais-valia absoluta. As alternativas que apareciam no horizonte eram a liberal burguesa, o fascismo e o socialismo (em pleno desenvolvimento no leste europeu). Essa tensão é suprimida temporariamente com a vitória dos aliados. Desse processo decorre a contestação ao liberalismo ortodoxo na chamada revolução keynesiana (Behring & Boschetti, 2011).

O programa de Keynes se fundamentava em um conjunto de ações anticrise (anticíclicas), amortecendo a superprodução, subconsumo e a superacumulação desenvolvidas pela essência do capital. Surge daí um pacto social (capital e trabalho) para controlar o capital. A partir de Keynes é disseminada a ideia de intervenção do Estado na economia. O autor se aliava a um projeto democrático de saída da conjuntura econômica depressiva. Ele era crítico da lei de say (oferta cria a sua própria demanda).

Keynes acreditava que o Estado deveria agir sobre os fenômenos de insuficiência de demanda. Essa instituição agiria reestabelecendo o equilíbrio econômico por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos e elevando a demanda real. O financiamento dessas políticas viria a partir de uma política tributária alta. As ações ousadas para o pensamento ortodoxo

liberal podem ser enumeradas em planificação indicativa da economia, intervenção na relação capital/trabalho (política salarial e controle de preços), distribuição de subsídios, oferta de créditos, política de juros e políticas sociais. Nos ciclos de expansão, o estado deveria manter a alta tributação, criando um fundo para ser usado nos períodos de depressão. Os fundamentos para superar isso eram o pleno emprego e maior igualdade social, que seriam alcançados pelas vias de geração de empregos via serviços públicos e na produção privada. Além de aumentar a renda e promover igualdade (Behring & Boschetti, 2011).

Esse ethos se agregou ao pacto fordista (produção de massa e consumo em massa). Foram fundadas as bases para regulação das relações sociais. A produção de massa se conectou com os acordos coletivos dos trabalhadores do capital monopolista, satélites dos ganhos de produtividade de trabalho. Portanto, esse fenômeno foi um pacto social para a superar uma crise cíclica do sistema e não o sistema em si. Ele conseguiu retirar o capital da crise, mas não mudou o núcleo do sistema. Em essência ideológica, Piketty se atrela a esse mesmo processo. Porém tem especificidades e é daí que utilizamos o termo neo-social democrata.

O motivo dessa posição é que o fenômeno social democrata do século XX era mais ousado. Ele definia novas regulamentações no mundo do trabalho. Piketty não propõe isso. O autor reafirma muito bem que seus intuítos no modelo ideal de um imposto progressivo do capital não é criar um fundo público expressivo, mas cadastrar o capital financeiro mundial com uma taxa de 0,1%. Essa seria apenas uma taxa de registro, e não uma taxa de arrecadação intensa para o enfrentamento do capital mundializado. Ele não propõe nenhuma inovação no sistema produtivo, reifica o processo de livre mercado no fenômeno contemporâneo toyotista. Não é proposto um consumo e uma produção em massa, ou o pleno emprego. A ideia é intervir somente na superestrutura, no fenômeno da financeirização do século XXI.

Todavia, como já apontado por Fontes (2010), o capital financeiro não é um processo de geração de valor autônomo, ele não nega o processo ativo de geração de valor, pelo ao contrário, é expressão do desenvolvimento deste. É contraditório o autor afirmar que as saídas keynesianas do século XX não conseguiram mudar estruturalmente o fenômeno da desigualdade e ao mesmo tempo propor saídas fundadas por esse pensamento. As medidas de Piketty (2014) são em certo ponto recuadas em comparação com a perspectiva de Keynes por não propor nada para o âmbito produtivo do sistema, mas também são avançadas ao definir estratégias em âmbito mundial, ainda que essas tenham limites. É posto, portanto um duplo caráter.

3.3.2 O idealismo Weberiano

Mas então o que conecta Piketty aos modelos democráticos sociais do século XX? É definir um pacto social entre classes para salvar o sistema. Piketty tem o grande mérito de utilizar novas ferramentas, possíveis só agora na contemporaneidade, para caracterizar a realidade social de seu tempo. Entretanto, não inova em teoria social. Ele, ao desenvolver os tipos utópicos úteis para **amenizar** a desigualdade social se remete a Weber.

Os tipos utópicos úteis de Piketty são em essência os tipos ideais propostos pela metodologia de Weber. Na teoria de Max Weber a sociologia tenta exprimir fenômenos racionais e irracionais em conceitos teóricos, ela se distancia da realidade. Ela por meio do grau de indicação da proximidade histórica torna-se possível indicar os fenômenos por meio de tipos. O tipo ideal é uma categoria referencial, não existe de fato, mas norteia uma análise. O tipo utópico útil tem essa mesma proposta, porque é segundo Piketty (2014) uma ferramenta, que mesmo não se tornando realidade seria um ponto de referência para avaliar soluções alternativas.

O problema nessa metodologia é propor para a decisão histórica uma ferramenta utópica que deve mover as escolhas humanas. Essa alternativa não é viável, porque é a indicação de um fenômeno no campo das ideias norteando a elaboração programática. O que deve nortear a construção programática é uma tomada de posição baseada no movimento da história, ou seja é a própria realidade. A ação teleológica norteadada em si mesma, não tem condições de superar os desafios do real. É o próprio movimento do real que determina a consciência, e não o inverso. Esse é o problema do idealismo, por isso compactuamos com as perspectivas de Marx em “Crítica da Filosofia de Hegel” e de Mézáros na sua posição crítica naquilo que ele define como o problema de ser mais hegeliano do que Hegel.

3.3.3 A justiça social de Rawls

A teoria de Rawls (2001) serve até hoje como um arcabouço em teoria do direito para a sustentação jurídica do Estado de direito. O teórico crê firmemente em uma igualdade emanada da superestrutura. O livre mercado é uma base de sustentação para o desenvolvimento do princípio da igualdade. As desigualdades devem ter um fim social. O próprio sistema é entendido como um campo fértil para o desenvolvimento da igualdade de oportunidades.

Entretanto, esse pensamento social liberal do qual Piketty coaduna se estabelece na premissa de que a consciência de valores expressada no direito funda a sociedade. Sendo que o que de fato acontece é o oposto. Os fundamentos da sociedade moderna foram as transformações no campo da estrutura econômica que desenvolveram em uma relação dialética um cenário para a fundação do capitalismo. O capital é um sistema resultante de uma relação entre a superestrutura e estrutura que se retroalimenta.

Todavia, a vida humana e o nascimento do ser social não vieram a partir da fundação do campo jurídico e moral. Pelo ao contrário, o surgimento do ser social é definido a partir do salto ontológico no qual o homem se torna homem na relação de transformação com a natureza. O que funda a sociedade, em sentido universal é ação concreta, ou seja, uma relação física do trabalho.

Portanto, enquanto definição de estratégia baseada no real e na história, se o intuito é fundar uma sociedade mais justa, isto deve ocorrer por meio de transformações na estrutura social como um todo, atingindo sua gênese social. O caso apontado por Piketty dos sujeitos históricos da Revolução Francesa e a Americana que defendiam a igualdade, mas no fim o que se desenvolveu de fato foi uma defesa da propriedade privada não é um mero acaso. Ocorreu dessa maneira, pois nenhum acordo social sobre a igualdade pode se materializar mediante a defesa de estruturas matérias que fundam a desigualdade.

Rawls (2001) não leva em conta a realidade e a história humana (a história humana é fundada na luta de classes). Ele defende uma concepção política que é uma moral a ser aplicada nas instituições econômicas, sociais e políticas. A sociedade é entendida como um sistema de cooperação social. Os cidadãos são considerados pessoas livres e iguais, dotados de uma moral que permite a participação dos mesmos em uma sociedade de cooperação equitativa. Esses princípios são enunciados em duas formas.

A primeira é que as pessoas devem ter direitos iguais e um sistema de liberdades e direitos básicos para todos compatíveis com a estrutura. O segundo é que as desigualdades devem ser condicionadas a igualdade de oportunidades, propiciando também ao mesmo tempo maior vantagem aos desfavorecidos. Os cidadãos são considerados livres, simplesmente por se considerarem ter uma capacidade de concepção de bem. Em segundo, os cidadãos são livres por serem fontes originárias de reivindicações legítimas. Também são livres os cidadãos por terem a capacidade de assumir a responsabilidade de seus fins.

O autor não relaciona as bases estruturantes da sociedade moderna que dissolvem essa igualdade. Antes de responder a moral, o homem tem que responder ao cumprimento de suas necessidades básicas fisiológicas que não são acessíveis de maneira livre e espontânea na sociedade capitalista. A ideia da sociedade como um sistema de cooperação social nos lembra em muito as percepções de Durkheim, aliás toda a teoria de um homem fundado na moral de Rawls nos lembra Durkheim.

A metafísica de Rawls (2011) ocorre ao descrever a sociedade na medida em que seu único objeto é manter uma unidade social e não refletir sobre o que já está posto e é construído cotidianamente na sociedade moderna. Essa se funda na desigualdade e só se reproduz através dessa. O sistema produtivo é movido na diferença entre aqueles que têm capital e aqueles que não têm. O capital é o mecanismo de acesso a diversos bens que suprem as necessidades humanas. Por sua vez, os que não têm capital devem se submeter aos proprietários de capital para entrarem no processo produtivo e conseguirem ter acesso a condições determinadas para a sobrevivência.

3.3.4 Os princípios marshallianos

Para Marshall o que caracterizava as classes operárias era o trabalho pesado e excessivo. O autor acreditava que o volume de tal trabalho poderia ser diminuído ao ponto de que todo homem se tornaria ao menos um cavalheiro, já que a igualdade jamais seria alcançada. Ele chegou a esses pressupostos analisando a realidade dos artesãos qualificados, que supostamente não era enfadonha e alienadora. Ele se focalizou a estudar a realidade inglesa.

A análise desse grupo feita pelo sociólogo o fez concluir que esse grupo já tendia para a condição que ele previa (todo homem se tornar um cavalheiro). Os artesãos qualificados estavam dando mais importância a educação e a cultura do que os salários e ao conforto material. Tornar-se cavalheiro na visão do autor era assumir uma postura moral de independência, respeito próprio a si mesmo, respeito aos outros e aceitação dos deveres públicos e privados de um cidadão. Seria a classe proletária começar a reproduzir a ideia verdadeira de que não são máquinas, mas homens.

Essa transformação aconteceria por meio do avanço da tecnologia. O trabalho pesado seria reduzido ao mínimo. Além disso, o trabalho seria dividido entre todos. Portanto, por meio do desenvolvimento tecnológico e da supressão do trabalho pesado, a classe trabalhadora seria abolida. Isso ocorreria, pois o

determinante da classe trabalhadora na concepção de Marshall, trabalho excessivo, desapareceria pelo desenvolvimento técnico.

O ensaio do autor foi formulado a partir da comprovação matemática de que os recursos mundiais e de produtividade eram suficientes para abolir o trabalho excessivo e pesado. Marshall aceitava a existência de desigualdades, porém elas deveriam ter limites. Ele condenava a desigualdade qualitativa entre o homem “que era por ocupação, ao menos um cavalheiro”. A desigualdade de classes era aceitável, o que não era aceitável era a desigualdade de cidadania.

Essa cidadania seria construída pelo autor através de um ímpeto moral, pois Marshall se referia a cidadania relacionada com as obrigações e não aos direitos. O único direito que ele reconhecia era o da educação. A cidadania é dividida pelo autor em três elementos (civil, político e social). Todos se desenvolveriam a partir do desenvolvimento da educação primária pública.

Para o autor a educação tem ligações profundas com a cidadania. A educação para todas as crianças pelo Estado ocorre por conta de um objetivo de se alcançar cidadania. A educação seria também um mecanismo de acesso à liberdade civil. A educação seria necessária para uma ampliação da democracia e do desenvolvimento tecnológico. Era a necessidade um eleitorado educado e de produção científica.

4.3.5 A crítica de Marx aos fundamentos social democráticos

Marx era um analítico da história de seu tempo, ou seja, do capitalismo do século XIX. Seus fundamentos sobre o que o autor vai desenvolver na teoria do Estado são relevantes para entendermos o fenômeno do capitalismo, todavia têm especificidades da realidade da época do autor. No período temporal de Marx não havia ocorrido ainda a experiência social democrata.

Em “Crítica ao Programa de Gotha”, Marx parte para o enfrentamento político com Lassale. Para Marx o Estado deve ser a ditadura revolucionária do proletariado. Os impostos são a base econômica da máquina do governo e nada mais. Desta forma, qualquer aumento de arrecadação no estado burguês significaria mais dinheiro para o estado burguês. Este não teria capacidade de se destinar a qualquer outro fim do que o seu próprio objetivo primeiro de defender a propriedade privada.

O objetivo de Marx é claro: o sistema capitalista deve ser superado através de uma revolução do proletariado. No seu posicionamento em “Crítica ao Programa

de Gotha”, o autor não poupa palavras. Afirma que mais importante do que qualquer programa político são os passos do movimento real. Obviamente, que para o objetivo dele na época, suas afirmações são coerentes. Entretanto, o próprio movimento da história pós Marx nos mostram que o Estado não é apenas um comitê executivo da burguesia e que o desenvolvimento da luta de classes e das condições contextuais fazem ambos os polos dessa luta tomarem posições que seriam inimagináveis para os tempos de Marx. O fundo público construído por Estados sociais no século XX auxiliaram e financiaram também a partir de todo um aparato administrativo e burocrático a reprodução da classe trabalhadora.

Isso é expresso na própria constituição do Estado social. A construção de políticas sociais nega a finalidade primeira do Estado de defesa da propriedade privada? Não, pelo ao contrário, a emersão das políticas sociais no século XX seguiram justamente no caminho de defesa da propriedade privada. Foram passos ousados dentro do sistema para salvar o sistema. Eram inimagináveis para Marx, pois em seu período histórico não existiam condições reais para o desenvolvimento do Estado social.

Agora, para o objetivo de Marx, libertação da humanidade, expresso em sua teoria, o Estado social é uma alternativa? De maneira alguma. Garantia de direitos não significa acabar com a exploração e a opressão social. Por isso, seguiremos esse debate diferenciando as questões de emancipação política e emancipação humana.

3.3.6 Emancipação política e emancipação humana

Em “A Questão Judaica” Marx disserta a partir da situação dos judeus na Alemanha sobre a diferença entre emancipação política e emancipação humana. O autor admite que a emancipação política é um avanço. Entretanto, ela não é a forma definitiva da emancipação humana em seus status na ordem capitalista mundial. A emancipação política é necessária mais insuficiente, portanto é colocada na ordem do dia ultrapassá-la.

A revolução política é uma revolução da sociedade civil. Nesse fenômeno o homem não se liberta das instituições da sociedade burguesa. É fundado, por tanto, o direito a ter religião, mas o homem não se liberta da religião. A emancipação humana se constitui em uma liberdade coletiva, por nenhum ser está liberto, enquanto outros não estão livres. Não existem histórias distintas, existe a história humana. Esta é uma concepção de totalidade sobre a realidade social. Os

dualismos em várias esferas separados de um elemento comum que regula todas essas esferas negam o conceito de homem genérico, bem como as lutas centrais ao sistema, a luta de classes.

Para Marx a emancipação humana requer uma revolução com pautas radicais. Ela se desenvolve a partir da relação estrutural e superestrutural da classe trabalhadora operária na sociedade capitalista. Essa classe tem necessidades políticas essencialmente coletivas por conta de sua maneira particular de inserção no sistema de produção. É um fenômeno que se conecta com a relação do desenvolvimento capitalista fundado no desenvolvimento da desigualdade em suas várias formas.

Para Boschetti (2013) as perspectivas de Rawls e Marshall estão na contramão desse processo de emancipação humana. A autora afirma que Rawls é compatível com a desigualdade. Fundada em pressupostos neoliberais, Rawls segue o caminho de defesa das desigualdades desde que as mesmas beneficiem os menos favorecidos e que um sistema de liberdades e direitos devem garantir a igualdade de oportunidades. A justiça rawlsiana objetiva a resolução de conflitos sociais e a superação de diferenças e desvantagens individuais. Isso seria superado por meio da distribuição de bens sociais.

As proposições de Piketty seguem o mesmo caminho. Não é formulado pelo autor francês a socialização da riqueza social apropriada mundialmente e a universalidade ou igualdade de condições. Esses são os limites de uma taxa de registro do capital mundial. Marshall por sua vez tem uma visão etapista segundo Boschetti (2013). O nascimento dos direitos são analisados por Marshall de uma maneira evolutiva descolada da luta da classe trabalhadora. Para o autor, a cidadania convive perfeitamente com a ordem capitalista. Piketty (2014) prevê marcos regulatórios nos marcos da democracia burguesa e não a universalização de direitos e políticas sociais.

A emancipação humana só se realiza para a Marx com a superação da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Regulações e programas intrasistema não rompem com a lei do valor e não socializam a riqueza. Sendo assim a emancipação humana e desigualdade social não são superadas. Os direitos são formulados no processo de reprodução ampliada do capital. Porém não podem ser negadas as possibilidades da concretização do Estado Social. A lógica “do quanto piores as condições, melhor para a movimentação política” é uma falácia, porque a

movimentação política é determinada por muitos outros fenômenos do que somente as condições estruturais.

As políticas sociais são um cenário de organização, luta e avanço das condições materiais e subjetivas da classe trabalhadora. A defesa dos direitos na sociabilidade capitalista atrelada ao projeto socialista tomam um sentido de luta pela universalização a bens, serviços, redistribuição da riqueza produzida socialmente e aumento do acesso ao fundo público. São fortalecidas as lutas pela consolidação da emancipação política e a partir de um projeto de emancipação humana os limites da emancipação política para a classe e seus grupos étnico-culturais se emergem. As saídas para a emancipação humana, se tornam assim cada vez mais coletivas e à esquerda.

As diferenças estão nos marcos de colocar as experiências da emancipação política com um fim em si mesmo dentro da ordem capitalista e de utilizá-las enquanto experiências progressistas que têm contradições intrínsecas ao capitalismo para se chegar na superação do sistema com todas as suas mazelas. Não é idealista, pois são propostas e ações baseadas no movimento do real.

Por isso compactuamos com as visões de Boschetti (2016) de que os avanços democráticos do Estado social e suas políticas sociais são conquistas que não conseguiram emancipar a humanidade do capitalista. As experiências do século XX alteraram o padrão de desigualdade não estruturalmente como provado pela pesquisa de renda de Piketty (2014). Os limites do programa de Piketty neo-social democrático caem na mesma lógica, não alteram o padrão da desigualdade, mas não superam a desigualdade. São eficientes para o projeto teórico político do autor, mas não para o autor.

Alterar o padrão de desigualdade provoca somente a redução das distâncias e o acesso de bens entre as classes (Boschetti, 2016). Piketty também (2014) não está no campo social-democrata criticado por Marx em “Crítica ao Programa de Gotha”, pois seu objetivo não é chegar ao socialismo por meio do Estado. Seu intuito é regular o sistema. A social democracia se tornou referência para os sistemas capitalistas de proteção social, mas não conseguiu superar o sistema ou diminuir a desigualdade estruturalmente. Essas convicções se tornaram ferramentas de reprodução ampliada do capital, exemplificadas no crescimento econômico dos anos de ouro.

4. Conclusão

“Por que não podemos todos apenas sermos honestos?
Admitirmos a nós mesmos que está todo mundo nessa?
Desde grandes políticos até pré-adolescentes
Receitando a si mesmos antidepressivos
Como podemos começar a lidar com os problemas,
Se você não se render e admitir que está neles?” (Lily Allen, 2009).

Zizek (2010) caracteriza a contemporaneidade como um período de grandes questões. As experiências políticas do século XX aparecem mais como terrenos revoltos do que fundações consolidadas para o desenvolvimento humano. São tempos segundo o autor de crise ecológica, ascensos fundamentalistas, desequilíbrios do sistema e de crescimento das divisões e exclusões sociais. O fracasso neoliberal perante a realidade social confirma as críticas socialistas, entretanto o socialismo não consegue emergir com força política tal qual ocorreu no século XX.

A contemporaneidade é marcada pela necessidade de cumprimento de grandes tarefas políticas que tem a importância de preservar a própria vida humana. A necessidade da emancipação humana é mais atual do que nunca, entretanto se reafirma cada vez mais como uma possibilidade. O novo milênio é um período no qual as tarefas são cada vez menos nacionais e mais internacionais, por isso a tentativa de Piketty (2014) de propor um programa de regulação global do capital no século XXI.

Entretanto, são tempos de refletimos os acúmulos da história humana. De não temer em apontar novos caminhos e de refletir o presente. A tarefa de libertar a humanidade das amarras do capital continua, todavia o que deve ser pensado são novas formas de efetivar isso. É necessário cada vez mais á todas as pessoas que assumam esse objetivo de se aproximar com os novos elementos da realidade e experiências humanas para apontar novos caminhos. Não temos que ter medo tentar dialogar, de descobrir novas características da atualidade. Continuamos no capitalismo, porém a humanidade tem um diferente acúmulo social, político e cultural. São novas cicatrizes provocadas pelo capitalismo.

A mundialização do sistema capitalista impõe a necessidade de uma articulação entre lutas nacionais e internacionais. Sendo assim, a emancipação humana deve ser um projeto político que consiga movimentar corações e mentes. As ilusões neo-social democratas e neoliberais devem ser deixadas para trás. Somente a superação do sistema capitalista terá reais condições de enfrentar os desafios contemporâneos, para isso o Estado social deve ser entendido enquanto terreno fértil para o avanço das condições estruturais e de consciência para a emancipação humana. Para isso são tempos das produções científicas refletirem novas características da paisagem social que podem abrir pontes para a tarefa de superar o sistema. Refletir o movimento do real e não transpor mecanicamente análises, compromisso com o método marxista e ter no seu horizonte o amanhecer de uma nova sociedade, esse é o caminho para o surgimento de um novo caminho.

5. Bibliografia

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social**, fundamentos e história. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**, 2015.

BOSCHETTI, I. **A equidade e justiça podem ser alcançadas no capitalismo?**. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013.

Site: HARMAN, C. **A Taxa de lucro e o mundo atual**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/harman/2007/mes/taxa.htm>>. Acessado em 30/11/2015.

HARVEY, D. **Para Entender o Capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M.V, CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARSHAL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital - Vol. 1. Tomo 1**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O Capital - Vol. 2. Tomo 2**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O Capital - Vol. 3. Tomo 2**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

Site: MARX, K. **Salário, Preço e Lucro**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/>>. Acessado em 02/02/2015.

Site: MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. Disponível em: <<http://www.ps b40.org.br/bib/b29.pdf>>. Acessado em 06/12/2015.

MESZAROS, I. **Para Além do Capital**, rumo a uma teoria de transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, E (org.). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PRATA, A. C. e PIANTO, D. M. **Diferenciais Salariais por Raça no Brasil**: análises contrafactuais – 1996 e 2006. In: FGV Conferences, 31º Meeting of the Brazilian Econometric Society. Foz do Iguaçu, 2009.

SANTOS, J.S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro (Tese de Doutorado)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2008

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

RAWLS, J. **Justiça e Democracia**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora UNB, 2004.

ZIZEK, S. **Vivendo no Fim dos Tempos**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2012.